



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

**THAIS HELANY TAVARES DE SOUZA**

**PRÁTICAS DOCENTES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO A PARTIR  
DA SALA DE AULA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

**THAIS HELANY TAVARES DE SOUZA**

**PRÁTICAS DOCENTES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO A PARTIR  
DA SALA DE AULA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção de título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes

**CAJAZEIRAS - PB**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730  
Cajazeiras - Paraíba

S729p Souza, Thais Helany Tavares de  
Práticas docentes de enfrentamento ao racismo a partir da sala de aula dos anos iniciais do ensino fundamental. / Thais Helany Tavares de Souza. Cajazeiras, 2015.

69f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.  
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Educação para as relações etnicorraciais – Cajazeiras - PB. 2. Racismo. 3. Práticas docentes. I. Lopes, Wiama de Jesus Freitas. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –37.015.4:316.482.5(813.3)

THAIS HELANY TAVARES DE SOUZA

PRÁTICAS DOCENTES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO A PARTIR DA  
SALA DE AULA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DATA DE APROVAÇÃO: 17/03/2015

NOTA ATRIBUÍDA: 10,00

BANCA EXAMINADORA

Wiana de Jesus F. Lopes

Prof. Dr. Wiana de Jesus Freitas Lopes  
Presidente da Banca/UFCG-CFP-UAE

Maria de Lourdes Campos

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Lourdes Campos  
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Geranilde Costa e Silva

Prof.<sup>a</sup> Dra Geranilde Costa e Silva  
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Stella Márcia de Moraes Santiago

Prof.<sup>a</sup> Ma. Stella Márcia de Moraes Santiago  
Examinadora - Suplente/UFCG-CFP-UAE

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre depositou muita credibilidade e expectativa, contribuindo para perseverar sempre. E aqueles que lutam pela igualdade racial, com enfoque para a educação como meio para alcançar essa meta. Estas pessoas fizeram toda diferença em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A vida me permitiu conhecer pessoas que deixaram ensinamentos permanentes. Elas estarão sempre incessantemente em minha mente e em meu coração. Primeiramente quero agradecer ao meu Senhor Jesus por me conceder dias felizes e tristes, difíceis e de grandes vitórias. Agradeço também, principalmente, a minha mãe por desde a infância alimentar o sonho de me ver formada, e ao meu pai, pois sempre acreditaram em meu potencial, e certamente se sentem orgulhosos de mais esta etapa concluída em nossas vidas. À minha irmã Tamires Lenin, que embora nossas diferenças pessoais sempre me ajudou quando precisei. Ao meu namorado e amigo Roger Rolim que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis e de grandes conquistas que passei ao longo destes longos anos, iluminou e ajudou a fazer boas escolhas. A todos os professores que contribuíram para minha formação desde a Educação Infantil até a conclusão do ensino superior. Para representar todos, destaco o professor Doutor Wiama de Jesus Freitas, que me orientou a caminhos para chegar à defesa desta monografia, sua atenção em meio ao seu raro tempo foi motivadora para me esforçar cada dia mais e melhor. E a professora Lílian Kelly Galvão de Sousa, minha eterna professora doutora em Psicologia Social que tenho grande admiração e veneração, sempre me incentivou a seguir a trajetória acadêmica, constituindo o exemplo de profissional a adotar. Estes dois grandes mestres, assim como muitos que contribuíram para a boa formação a que conquistei, são e continuarão constantemente sendo espelho e inspiração para minha vida social, profissional, e principalmente particular. A todos meu muito obrigado pelos ensinamentos compartilhados, incentivo e dedicação. Aos grandes e bons amigos que pude conhecer na academia durante esses anos, destacando em nome de todos (as), Maria de Fátima Oliveira e Miléria Abrantes, amigas de muitos trabalhos e juntas construímos muitos conhecimentos, estas acompanharam com proximidade todos os desafios superados. Em especial a uma pessoa que me acompanha de longe, pois já se tornou uma estrela no céu, minha caríssima avó Deide, eternamente em minha memória por seu amor, dedicação, caráter, irreverência e humildade. À minha grande amiga Maria Pereira que me auxiliou por tantas vezes, pessoa que admiro muito. Agradeço a todos que contribuíram de todas as formas para meu crescimento intelectual e pessoal, mesmo que não tenha registrado diretamente neste momento.

*[...] vieram primeiro atrás dos comunistas,  
e eu nada falei porque não era comunista.  
Então vieram atrás dos judeus,  
e eu nada falei porque não era judeu.  
Então vieram atrás dos sindicalistas,  
e eu nada falei porque não era sindicalista.  
Então vieram atrás dos católicos,  
e eu nada falei porque era protestante.  
Por fim, vieram atrás de mim e,  
nessa época, já não havia sobrado  
ninguém para falar.*

## RESUMO

O presente trabalho monográfico teve por objetivo analisar as práticas docentes em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como objeto de estudos as ações educativas em prol da superação do racismo a partir da sala de aula. Este estudo teve como questão de pesquisa: De que modo os professores tem enfrentado o racismo de forma educativa a partir do ambiente da sala de aula? Esta pesquisa de caráter quali-quantitativa com preponderância qualitativa foi realizada através de uma entrevista semiestruturada contendo 12 questões abertas. A referida entrevista foi gravada em áudio com as categorizações vindas das transcrições na íntegra de todas as entrevistas. A pesquisa teve uma amostra de nove professores atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino da cidade de Cajazeiras – PB, sendo estes de duas escolas distintas. Este trabalho tem por base de fundamentação a Lei 10.639/03 que obriga o ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira em todos os segmentos educacionais e as diretrizes curriculares para a educação das relações étnicorraciais. Como parte dos achados desse estudo pode-se destacar que uma pedagogia de combate ao racismo deve se pautar no fortalecimento e incentivo ao respeito pelo outro, independente de suas características ou escolhas, pessoais e/ou do seu grupo. Para a educação para as relações étnicorraciais obter sucesso é necessário a construção de estratégias, formações continuadas, projetos interdisciplinares, materiais didáticos e pedagógicos que enfoquem a história e cultura afrobrasileira e aportes institucionais por parte dos órgãos centrais. Acima de tudo, é preciso o exercício da *práxis* docente, haja vista que o racismo está velado estruturalmente por várias vertentes sócio-culturais que aqui serão exploradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Educação Para as Relações Étnicorraciais. Práticas docentes.

## ABSTRACT

The present monograph has as objective analyze the teaching practices in the classroom in the early years of elementary school, with the object of studies the educational actions in support of overcoming racism from the classroom. This study had as research question: How the teachers are confronted racism of educational way from the classroom environment? This research study qualitative and quantitative with a qualitative preponderance was performed through a semi-structured interview containing 12 open questions. The said interview was recorded on audio with the categorization coming of the transcriptions in integrate of all the interviews. The research had a sample of nine actants teachers in the early grades of elementary school, in the public schools of the city of Cajazeiras - PB, which are two distinct schools. This work has for basis of foundation the Law 10.639/03 requiring the teaching of history and African culture and African-Brazilian in all educational segments and curricular guidelines for the education of racial ethnic relations. As part of the findings of this study can be noted that a pedagogy to combat racism must be based on strengthening and incentive to respect for others, regardless of their characteristics or choices, personal and / or its group. For the education for racial ethnic relations be successful is necessary to build strategies, continuing formation, interdisciplinary projects, didactic materials and pedagogics that focus on history and african-Brazilian culture and institutional contributionson the part of central organs. Above all, is necessary the exercise of the teaching practice, considering that racism is veiled structurally for several socio-cultural aspects that will be explored here.

**KEY-WORDS:** Racism. Education for Ethnic racial relations. Teaching practices.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1: Formação inicial de professores .....</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 2: Professores que possuem especialização .....</b>	<b>33</b>
<b>Gráfico 3: Especialização dos professores .....</b>	<b>33</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CIDAN - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro

CNE - Conselho Nacional de Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE - Plano Nacional de Educação

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - SITUANDO O RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>16</b>
1.1 Sociedade e racismo.....	17
1.2 A condição de negro dentro da escola .....	18
1.3 Racismo .....	21
1.4 Educação para as relações etnicorraciais .....	23
1.5 Práticas formativas no âmbito das relações etnicorraciais .....	25
<b>CAPÍTULO II - PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO .....</b>	<b>29</b>
2.1 <i>Lócus</i> e sujeitos da pesquisa .....	31
2.2 Exposição e análise dos dados .....	34
<b>CAPÍTULO III - A ESCOLA ENQUANTO DIMENSÃO DE SUPERAÇÃO DO RACISMO .....</b>	<b>52</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas docentes em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na educação para as relações etnicorraciais numa perspectiva de enfrentamento ao preconceito racial. Compreende uma discussão acerca do racismo em sala de aula, tendo como questão de pesquisa: De que modo os professores tem enfrentado o racismo no ambiente da sala de aula? É de extrema importância a atuação dos docentes para as transformações sociais, principalmente no que se trata das relações etnicorraciais.

O interesse pela temática surgiu devido desde a infância em meio às inúmeras dúvidas que me pairavam ao presenciar cenas de preconceito racial. Por não entender o motivo pelo qual algumas pessoas do círculo familiar “brincavam”, com outras pessoas de cor negra, fazendo piadas de mau gosto. Pois não percebia motivo para zombaria. Então, desde a infância se perguntava o porquê da aversão tácita de alguns membros da família ao povo negro e suas culturas. E, de igual modo, na rua e na escola sempre houve muito estranhamento de minha parte com relação a essa discussão. Por que a falta de respeito por pessoas negras? Eram pessoas iguais! Era um enorme contrasenso lhes discriminar.

Como também, o fato de haver muitas contradições em torno da discussão acerca de cotas raciais para e até mesmo a universidade. Até que então, uma palestra no auditório da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na qual o palestrante defendia e apresentava seus argumentos a favor das cotas raciais, fez perceber tamanha ignorância é criticar algo sem conhecer. Pois, as cotas raciais são uma conquista de políticas afirmativas de um grupo que por muitos anos não teve direito à educação. Parte desse estranhamento também advém de quem descendeu diretamente do povo negro, a partir da miscigenação antropológica que houve no Brasil. Mesmo não apresentando características fenotípicas negras, a autora deste trabalho compreende-se enquanto negra, ainda mais por fazer parte da quinta geração descendente de africanos. Percebeu-se que esta consciência surgiu durante o processo de amadurecimento enquanto mulher, estudante e futura pedagoga.

Então se buscou saber como estão sendo trabalhadas as relações etnicorraciais nos anos iniciais do ensino fundamental, visto que a escola ao abordar temas como este, historicamente preconceituosos, formará cidadãos sensatos e ainda mais aptos para a

humanização do mundo ao passo que durante a graduação foi sempre enfatizado a escola, mesmo com tantas atribuições e desafios, enquanto instituição de formação e capaz de integrar-se no movimento de transformação social. Talvez seja essa, a escola do futuro, que não se pode contar ainda nos dias de hoje. A formação inicial aponta caminhos, permite sonhar com uma escola mais democrática e inovadora, porém muitos já formados não conseguem alimentar tais sonhos. Que a vontade de realizar sonhos por um mundo melhor não acabe e nunca seja exaurida. Pois, a educação é o melhor caminho.

Neste sentido, este trabalho está baseado em autores como, Brasil (2004), Brasil (2006), Gomes (2005), Munanga (2005), Sant'ana (2005), São Paulo (2008), Silva (2011), entre outros, que contribuíram para o direcionamento do conhecimento formado, do qual se espera levar os leitores a refletirem ainda mais sobre sua própria *práxis* em relação às ações educativas em prol da educação para as relações etnicorraciais.

No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa quali quantitativa com preponderância qualitativa pois, trata-se das duas modalidades. Utilizou-se a entrevista semi estruturada contendo doze questões, que foram aplicadas, e gravadas, a nove professores de duas escolas periféricas da rede municipal de ensino da cidade de Cajazeiras – PB, a fim de compreender sobre os sujeitos suas concepções, angústias, medos, possibilidades e preparação no que tange ao racismo em sala de aula, como está sendo realizado o trabalho para superar deste preconceito a partir da escola.

Este trabalho foi desenvolvido e constituído em três capítulos. O primeiro capítulo ressalta as situações de racismo no âmbito escolar, e conseqüentemente a relevância do papel social do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental, pois a igualdade racial que tanto se almeja perpassa também dentro da escola, por ser este espaço por excelência de formação. É neste sentido que se tem como base para este trabalho a Lei 10.639/03, que obriga o Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas brasileiras no intuito da valorização da cultura e história dos negros. Para melhor compreensão do racismo na sociedade e na escola, conceituam-se termos como democracia racial, estereótipos, preconceito, discriminação e estes relacionados à questão racial. Traz ainda reflexões também acerca educação para as relações etnicorraciais, formação de professores frente ao necessário enfrentamento, estruturas de racismo e contribuições dos africanos ao Brasil.

No decorrer do segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada e os achados da presente pesquisa. Apresenta-se as concepções, anseios e propostas no que se refere à superação do racismo em relação a atividades estratégicas e formativas a partir dos estudos junto aos sujeitos investigados. Nas análises inferidas neste trabalho, pode-se constatar a dificuldade que muitos professores possuem no que tange a educação para as relações étnicorraciais, igualmente a defasagem nas formações destes professores, entre outros segmentos.

O terceiro e último capítulo, tece reflexões sobre o papel da escola e do professor, em relação às análises feitas durante este trabalho. Ainda neste capítulo, realizam-se proposições de aperfeiçoamento para o trabalho pedagógico e interdisciplinar efetivo em direção a superação do racismo, para com o cumprimento da Lei 10.639/2003, em relação ao currículo, a (auto) formação de professores, metodologias e abordagens históricas de valorização a história e cultura afrobrasileira.

Muitos afirmam não ter preconceito racial, mas discriminam muitas vezes inconscientemente. O não ter preconceito remete a um dos princípios racistas, pois poucos se consideram racistas. Deste modo, como em um país tão diverso e desigual em todos os segmentos, o racismo, historicamente defendido, não exista? Primeiramente, tem-se que assumir o preconceito, pois este não é dos males o pior. Feito isto, deve-se ter respeito às diferenças, pautado na igualdade. Igualdade e diferença são baseadas uma na outra, pois como pode se julgar de forma unidimensional, pessoas e/ou grupos sociais que tiveram percursos educacionais, históricos e culturais ambíguos?

Faz-se necessário ainda lembrar as representações sociais relacionados aos negros, como também os estereótipos, que fazem referência ao racismo velado. Não é justo ter mais negros nas filas de hospitais, do que mesmo realizando consultas. Não é saudável que crianças negras queiram alisar seus cabelos por conta da referencialização do padrão de beleza eurocêntrico. Por que a criança negra não dramatiza o papel principal dos contos de fadas apresentados na escola? Qual o papel do professor frente a essa discussão? Como mudar esse contexto? E ainda, por que é necessário uma lei que obrigue o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira? Essas e outras questões devem ser pensadas rotineiramente por professores negros ou não.

Cabe ao educador dos anos iniciais do Ensino Fundamental buscar compreender as estruturadas veladas de racismo para então trabalhar a valorização do negro e o respeito às diferenças. As práticas formativas no âmbito das relações

eticorraciais são cruciais em um país cuja desigualdade racial é tão contestada. Foi verificado durante as entrevistas, que as discussões sobre a igualdade racial estão sendo iniciadas ainda, como também as escolas investigadas não tem formações continuadas, tão pouco projetos voltados para esta temática. É neste sentido, que se espera que este trabalho monográfico venha a contribuir para uma educação mais inclusiva e justa de modo a refletir no futuro de uma sociedade que desfrute da verdadeira igualdade racial.

## CAPÍTULO I - SITUANDO O RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

*A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.*

*Ana Célia Silva (2005, p.23)*

Este primeiro capítulo discorre sobre a temática racismo na sala de aula nos anos iniciais do ensino Fundamental com ênfase na educação para as relações etnicorraciais numa perspectiva de enfrentamento ao preconceito racial, empreendendo levantamentos de situações de racismo em sala de aula em prol de suscitar reflexões sobre o preconceito, muitas vezes velado e oculto, que cerca e dificulta o trabalho com este tema.

Neste primeiro capítulo, ainda, será retratado como ranços e complexas reminiscências da história da escravização no Brasil têm implicado na visão que se tem do negro ainda nos dias atuais. Essa visão também incide por dentro da sala de aula e dá continuidade ao racismo, sendo apresentadas neste capítulo, as formas mais corriqueiras de preconceito racial. Todavia, a igualdade racial, aliada com o respeito às diferenças, que tanto se almeja perpassa também dentro da escola, por ser este espaço por excelência de formação. Para tanto, faz-se necessário melhorar os níveis de estudos, compreensão e de implementação da Lei 10.639/03, que obriga o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas brasileiras. Um modo cabal de referencializar e refletir valores e conteúdos, esta lei representa a valorização da cultura e história dos negros.

Este capítulo contempla por fim, algumas considerações sobre as práticas formativas no âmbito das relações etnicorraciais para o enfrentamento do racismo, no sentido de valorização da história e cultura dos negros e a necessária reeducação das relações etnicorraciais. Neste sentido, se faz necessário nesta seção, conceituar termos relacionados ao racismo como estereótipos, preconceito, discriminação e estes relacionados à questão racial.

## 1.1 Sociedade e racismo

O Brasil constitui um país pluriétnico, resultante de uma miscigenação entre brancos, negros e índios, entretanto, este fato não é suficiente para prevalecer à igualdade racial. Nesse sentido, pode-se afirmar que para avançar em termos de igualdade racial, primeiramente, é preciso reconhecer que vivemos o mito da democracia racial, conforme salienta Gomes (2005, p. 148) “No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais”. Essa sonegação teórica tem suas intenções, pois na medida em que

o contexto em que formula, cria ou engendra “o mito da democracia racial”, significando que a sociedade brasileira seria uma democracia racial, sem ser uma democracia política e, muito menos, uma democracia social. É claro que essa expressão dissimula uma sofisticada forma de racismo patriarcal, patrimonial, elaborada desde o alpendre da casa-grande. Mais do que isso, pode ser uma cruel mistificação da desigualdade, da intolerância, do preconceito, do etnicismo ou do racismo, como “argamassas” da ordem social vigente, da lei e da ordem. (IANNI, 2004, p.25)

O mito da democracia racial brasileira é usado como disfarce para alienar os sujeitos, de modo a garantir a manutenção do *status quo*, pois não tem como se lutar contra algo inexistente. Haja vista que, se não há desigualdade racial, não há porque lutar. Por conseguinte, se observa a relevância social da escola para as relações etnicorraciais, considerando a formação crítica e humana necessária que aspira uma sociedade justa e equânime. Consequentemente,

Por isso a educação do povo negro sempre foi temida pelas classes dominantes, que viam o negro instruído como perigoso, o que não é totalmente errado, uma vez que a educação para todos os povos pode ser um instrumento de revolução e transformação. (SILVA, 2011, p.77)

A educação, como meio de transformação e melhoria da qualidade de vida, negada na atualidade, ainda, também aos negros, deve-se ao fato de não se ameaçar os elementos de distinção da classe hegemônica. Para tanto, a alienação é um dos recursos referenciais. Nessa perspectiva, à medida que alguns cidadãos são reconhecidos, outros legalmente com o mesmo direito, muitas vezes são excluídos e marginalizados (devido a sua cor), formando uma sociedade desigual e injusta. Este modelo de sociedade se

funde também devido ao sistema de produção capitalista que dita às regras ao mercado tal como deve ser. Os meios midiáticos também contribuem neste quesito ao passarem uma imagem do negro enquanto preguiçoso, mentiroso, malandro, etc. Essa desvalorização da imagem do negro leva a uma mão de obra barata, favorecendo o sistema capitalista e aos interesses escusos daqueles que se locupletam com distinções à base do *status quo*. São lados de uma moeda, que muitas vezes passa invisível aos olhos de negros e não-negros. Deste modo, o racismo não é um problema do negro, mas também dos brancos, já que vivemos em um país em que todos os brancos mesmo inconscientemente se favorecem de privilégios que os negros não usufruem.

Mais uma vez nota-se a importância da educação para as relações etnicorraciais, vindo a contribuir na diminuição dessas desigualdades, tanto para discentes negros quanto para os brancos de modo a reestruturar essas relações. Deste modo, faz necessária a construção de estratégias de combate ao racismo, independente da cor do educador, visto que o racismo perpassa dentro da escola e dentro da escola pode se intensificar ou amenizar e até suplantá-lo. Portanto, é que se faz de vital necessidade, as apropriações da escola, como mecanismo estrutural para a valorização do negro e de suas culturas.

## **1.2 A condição de negro dentro da escola**

O preconceito constituído e manifestado na criança apresenta-se logo nos primeiros anos da vida escolar. As diferenças na cor, se não forem bem trabalhadas, podem contribuir para um sentimento de inferioridade, pois o estereótipo muitas vezes conduz a criança a negar sua própria identidade, sua cultura, sua religião, seus descendentes. A diversidade racial deve ser motivo de orgulho para as crianças e adultos, devendo ser trabalhado dentro e fora da sala de aula, tendo em vista a formação de cidadãos éticos, justos e que possam um dia usufruir da verdadeira igualdade racial.

A escola mediante seu poder transformador deve encarregar-se de uma função muito importante: desconstruir pré-conceitos com base no respeito à raça negra. Cabe ressaltar que,

a escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diversificadas famílias, o que favorece a construção da identidade da criança. Esse contato poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais (NEVES, 2008, p. 02).

A partir deste momento podem ser desenvolvidos os sentimentos de exclusão e rejeição, levando a negação de identidade, baixa autoestima, etc. Nesta perspectiva,

para algumas crianças negras a dificuldades de auto-aceitação decorre de um possível comprometimento de sua identidade com as atribuições negativas de seu grupo social. O que acontece, sobretudo com as crianças, que estão em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, é uma internalização do discurso alheio, ou seja, é pelo olhar do outro que alguém se constitui como sujeito e é a qualidade desse olhar que contribui para o grau de autoestima de qualquer indivíduo, seja ele branco ou negro. (NEVES, 2008, p. 2-3)

Assim, as brincadeiras de mau gosto, piadas e gestos tais como “tinha que ser preto”, “a coisa tá preta”, “preto de alma branca”, “nego sujo”, “nega do cabelo pixaim”, “amanhã é dia de branco”, “entrou para minha lista negra”, “havia uma nuvem negra sobre aquele caso”, “denegrir a imagem”, “preferir (o que quer que seja)”, por exemplo, são alguns dos discursos que se internalizam nas crianças de modo a influenciar em seus comportamentos e opiniões. Segundo Rosendo (2008), a escola é meio de reprodução social, por conseguinte das desigualdades sociais, é relevante ressaltar que a escola reforça os valores da classe hegemônica. Desta forma, evidencia-se que em muitas escolas o racismo se manifesta muitas vezes de forma implícita, com tratamento diferenciado de acordo com a cor da pele, como ser o último a ser escolhido em um trabalho de equipe, exclusão das brincadeiras, por exemplo.

Faz-se necessário destacar que, mesmo a Lei 10.639/2003 assegurando o ensino da história e cultura afrodescendente, destacando as contribuições histórico-sociais dos africanos no país, algumas escolas ainda não possuem a temática no currículo escolar, como também não desenvolvem tais fundamentos. Os africanos como todos bem sabem, fizeram parte da construção do Brasil, entretanto, poucos sabem da riqueza e as contribuições culturais deste povo. Homens e mulheres, poetas e poetisas, cantores (as), músicos, pintores, escultores, pessoas que raramente são homenageados, ou sequer lembrados. Julga-se ser necessário, serem difundidas histórias de negros que foram deixados literalmente para trás, são

Homens como o historiador, lingüista, engenheiro e administrador Teodoro Sampaio, os poetas Luís Gama e Cruz e Souza, o primeiro editor brasileiro e também poeta, Paula Brito, o escultor Mestre Valentim, o imenso Francisco Antônio Lisboa, os médicos Luís Anselmo e Juliano Moreira, os pintores Teófilo de Jesus, Estevão Silva, Firmino Monteiro, Rafael Pinto Bandeira, os

irmãos João e Artur Timóteo da Costa, Emanuel Zammor. Queremos o reconhecimento como negro para Manuel da Cunha, o pintor escravo que comprou sua alforria da família do cônego Barbosa da Cunha e foi para Portugal aprender o ofício de pintor, deixando-nos uma obra admirável como a que ainda se pode ver na Igreja de São Francisco de Paula no Rio de Janeiro. (ARAUJO, 2004, p. 247)

Deve se considerar as origens dos artistas que marcaram a música, a poesia, a arte como Machado de Assis, Lima Barreto, Luíz Gama, Cruz e Sousa, Jorge de Lima, Castro Alves, Di Cavalcanti, por exemplo.

Pretende-se com este discurso, a valorização do negro, o reconhecimento da imagem de herói, que crianças e jovens sintam orgulho de seus ancestrais. Acredita-se que ao trabalhar a história do negro relatando suas contribuições e, não as más ideologias à respeito dele, a escola criará um ambiente favorável para o conhecimento contra o racismo, já que muitas pessoas terão o juízo da historicidade dos negros, não se sujeitando ao “pré-conceito”. Esses conteúdos, entre outros, devem ser ponto de discussão em salas de aula e formações iniciais e continuadas, conforme obriga a Lei 10.639/03, como também, estarem presentes na prática pedagógica e currículos escolares. No caso da invisibilidade dessas produções culturais dos negros, o preconceito poderá até ocasionar uma evasão ou mau rendimento da criança negra no espaço escolar.

Condizente com esta realidade, dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2010, p.8) destacam “[...] que uma criança negra entre 7 e 14 anos tem 30% mais chance de estar fora da escola do que uma criança branca na mesma faixa etária”, revela ainda que “das 530 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 330 mil são negras e 190 mil são brancas”. Percebe-se que desde a infância o racismo está tanto intrínseco quanto extrínseco na realidade do negro, direta ou indiretamente. Para tanto, no combate ao preconceito racial todo educador deve inovar suas metodologias a fim de proporcionar um estudo mais condizente com a proposta da lei acima mencionada.

Outro dado que releva esta diferenciação, está apresentada pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, com base em dados do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é que

A partir da análise dos indicadores educacionais recentes, ao efetuarmos um corte étnico/racial, a desigualdade educacional demonstra-se perversa. Segundo o censo escolar de 2007 a distorção idade-série de brancos é de 33,1% na 1ª série e 54,7% na 8ª, enquanto a distorção idade-série de negros é

de 52,3% na 1ª série e 78,7% na 8ª. Entre os jovens brancos de 16 anos, 70% haviam concluído o ensino fundamental obrigatório, enquanto que dos negros, apenas 30%. Entre as crianças brancas de 8 e 9 anos na escola, encontramos uma taxa de analfabetismo da ordem de 8%, enquanto que dentre as negras essa taxa é de 16% (PNAD/IBGE, 2007 *apud* BRASIL, 2004, p. 50)

Isso comprova a dificuldade de acesso e permanência à escola de acordo com as características de pele. Da mesma forma pode-se perceber esta exclusão do adulto como dificuldade para conseguir um emprego, agressões físicas e verbais, entre outros. Deste modo, é inquestionável a importância de trabalhar a igualdade racial no ensino fundamental, pois

O acesso às séries iniciais do Ensino Fundamental, praticamente universalizado no país, não se concretiza, para negros e negras, nas séries finais da educação básica. Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país. (BRASIL, 2004, p. 13)

Por diversos motivos como apelidos, imposição cultural, padronização estética, (auto) rejeição, entre outros, muitos estudantes negros não obtêm sucesso na vida escolar, como mostra que apenas 10% dessa população chega a universidade. Essa triste realidade tem de mudar. Neste sentido, tendo por objetivo analisar as práticas docentes em sala de aula nos anos iniciais este trabalho pauta-se em três categorias de análise: racismo, educação para as relações etnicorraciais e práticas docentes formativas no âmbito das relações etnicorraciais, que serão debatidas a seguir.

### **1.3 Racismo**

Compreende-se por racismo uma ideologia “que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outro” (SILVA, 2011 p. 75), uma imposição cultural. O racismo contra negros, arraigado no processo do tráfico negreiro é uma história com muitas lacunas. Partindo do processo de escravização do negro, vale salientar que

a chegada dos negros no Brasil foi por volta do século XVI - como vítimas do comércio de escravos que se desenvolveu na América até o século XVIII - chegando a constituir uma parcela importante da população, a que exercia as tarefas mais pesadas e ocupava o status social mais baixo. Grande parte da população negra foi obrigada a trabalhar nas propriedades rurais, inserindo-se num sistema patriarcal de produção rural. Inicialmente o índio foi muito

usado como escravo, mais aos poucos a escravidão africana foi se ampliando e o tráfico negreiro se impôs. (NASCIMENTO, 2010, p.03)

Embora a autora use a expressão “escravidão africana”, a escravização se aplicou primeiramente aos índios, posteriormente aos africanos, e não ao continente africano como sugere a autora. Apesar de todo o preconceito, grande parte da população brasileira é oriunda da miscigenação entre brancos, negros e ameríndios. Mesmo assim, ainda é evidente o preconceito racial.

Devido à escravização, tráfico negreiro e outras submissões, as quais foram postas os negros, colocou-se isso, de forma análoga, ou seja, associando a aspectos relacionados ao conceito de pobre, negro, sujo, inferior e então surgiu o racismo propriamente dito. Racismo, “aprofunda-se na relação entre “raças”, entendidas com base nas características fenotípicas dos indivíduos e, portanto, nas marcas que carregamos no conjunto cor-corpo.” (SÃO PAULO, 2008, p. 39), essas características são o nariz chato, os lábios mais expressivos e o cabelo crespo. Pode-se afirmar ainda que racismo

é o ato de colocar uma pessoa em situação de inferioridade, subjugada, por causa de sua cor de pele ou etnia, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodenomina de “raça superior”. Trata-se do preconceito racial que sem dúvida é um dos grandes agente principal que tem causado à violência em nosso dia-a-dia. (NASCIMENTO, 2010, p. 02)

Quanto a essa violência vale afirmar que podem ser através de rejeição verbal ou não, discriminação, agressões, por exemplo. Bem como afirma Monica Schwartz (2001 *apud* JESUS, 2011, p.02), “[...] segundo a Constituição Brasileira de 1989, racismo é crime inafiançável como todos sabemos, mas persiste o apelido, seleção por entrevistas, currículos que pedem fotos”. São inúmeras as formas de preconceito e discriminação que rodeiam os negros. Ainda sobre o conceito de racismo, o Programa Nacional de Direitos Humanos ( 1998 *apud* SANT’ANA, 2005, p.60) afirma ser este “[...] uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”. Nesta perspectiva,

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê. (SANTOS, 1990 *apud* SANT’ANA, 2005, p. 61).

Pode-se afirmar que se argumenta uma raça diferenciada pelos seus traços biológicos e por isso são estigmatizados. Em seguida, que o racismo foi e é um método de dominação a ponto de inferiorizar o negro para se obter poder e mão de obra barata. Nesta perspectiva,

O racismo não é algo presente e sim, uma herança de um processo de mão-de-obra barata e exploração dos colonizadores sobre os colonizados. Pode-se perceber que existe uma relação muito próxima entre racismo e escravidão, baseados em interesses econômicos e sociais da população branca e européia que resultava em poder e superioridade. (NASCIMENTO, 2010, p. 02)

O racismo é herança de um processo de colonização portuguesa, mas é também algo fortemente presente sim, em todos os ambientes sociais. A negação da existência do racismo no Brasil revela interesses econômicos, sociais e culturais dos brancos que são considerados por muitos, ainda, superiores. Infelizmente é essa ideia de inferioridade e escravidão que é transmitida nas salas de aula e ocultamente perpassa a ideologia racista, muitas vezes formando mentes discriminatórias e medíocres.

No intuito de desmitificar e combater as diversas formas de racismo disserta-se a cerca da educação para as relações etnicorraciais.

#### **1.4 Educação para as relações etnicorraciais**

A educação escolar deve possibilitar aprendizagens, criatividade, desenvolvimento crítico, físico, emocional e cognitivo na perspectiva de formar cidadãos. A educação em si tem o poder de transformar mentes e pessoas. Neste sentido, a educação tem o poder de valorizar as diferenças entre as pessoas sejam estas religiosas, sexuais ou culturais. Relacionando-as ao que temos de comum entre todos. A diferença nos assemelha. O que temos de semelhante para com o outro é que somos diferentes entre os demais. Assim, deve-se fortalecer e/ou incentivar o respeito pelo outro, independente de suas características ou escolhas, pessoais e/ou do seu grupo. No que tange a educação para as relações etnicorraciais, observa-se que

Pedagogias e combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para

orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. (BRASIL, 2006, p. 238)

A valorização da história e cultura dos negros é inevitável para o reconhecimento da importância dos negros no nosso país, como também para alcançar a igualdade de deveres, direitos e oportunidades entre brancos e negros. Neste sentido, a Lei 10.639/03, que obriga o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas necessita ser entendida enquanto

[...] uma política de ações afirmativas definida com um conjunto de políticas implementadas pelo Estado e dirigidas para o enfrentamento do racismo e das exclusões, como um mecanismo que busca a equidade de oportunidades, principalmente no acesso a bens fundamentais, como a educação e o acesso ao mercado de trabalho, e na busca pela realização da cidadania. (SÃO PAULO, 2008, p. 22)

O enfrentamento ao racismo não é algo fácil, a começar pelo fato de se desconsiderar a existência de racismo no Brasil, pois para muitos não há racismo neste país tão “democrático e igualitário” é notório que

Na escola, é um desafio desenvolver novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro. Atualmente, mesmo percebendo várias mudanças, ainda ocorre o preconceito, principalmente no que se refere à postura da escola em relação às etnias raciais, apesar de importância e diversidade dos trabalhos sobre relações étnicas raciais e educação; ainda faltam muitos aspectos a serem descobertos. Diante da complexidade da realidade brasileira e da forma pela qual o racismo se expressa na escola, a inclusão clara, transparente e global ainda continua distante da realidade. (NEVES, 2008, p. 08)

Nossa riqueza cultural, diversificada e pluriétnica deve ser abordada na educação para as relações etnicorraciais, visto que, a valorização do negro é de suma importância para a formação de crianças e jovens brancos e negros que muitas vezes não percebem o preconceito racial o que favorece a perpetuação desse racismo velado ou explícito. São necessárias políticas de reparação histórica, tendo em vista, os prejuízos educacionais, econômicos, sociais, culturais sofridos pelos afro-brasileiros e africanos escravizados. Neste sentido,

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio históricocultural afrobrasileiro, de

aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (NEVES, 2008, p. 11)

O acesso e permanência dos negros a escola, depende também da valorização dos aspectos ligados a história africana. No entanto a Lei 10.639/03 não propõe uma mudança de foco para o afrocentrismo, mas a disseminação do conhecimento sobre todas as culturas, origens e povos. Neste sentido, é necessário refletir sobre novas práticas pedagógicas no que tange a comunidade escolar, como aborda o tópico que segue.

### **1.5 Práticas formativas no âmbito das relações etnicorraciais**

A escola é palco das grandes transformações sociais, sendo o professor o motivador direto destas. No que tange a formação de professores para o cumprimento da Lei 10.639/03, deverá gerar “discussões temáticas mais complexas, como identidade racial, de gênero e sexualidade, auto-estima da criança negra, resistência da comunidade negra brasileira e os modos de retransmitir as culturas africanas” (SÃO PAULO, 2008, p. 18). Neste sentido, as formações docentes deverão abordar as contribuições dos descendentes africanos de forma valorativa e abrangente, e não apenas o lado escravizado que não contribui para o sentimento de pertencimento do grupo. Assim sendo,

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (PARECER CNE/CP 003/2004, p.06)

Desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, essa é uma meta a alcançar. Esse objetivo deve iniciar pelo professor que por vezes preconiza o conhecimento, mas comete o erro, ficando apenas reduzido a palavras, sem ações que representem sua fala. São inúmeros os modos de praticar racismo, inclusive referir baixas classificações sociais, econômicas ou profissionais aos negros. A mudança deve

começar já pelo educador, uma mudança como já diz este Parecer do Conselho Nacional de Educação acima citado, de desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular que fomos remetidos. A respeito,

Vera Moreira Figueiras analisa também a postura do professor por ser ele aquele que transmite, a partir de sua condição de autoridade central na sala de aula, conceitos que serão absorvidos pelos alunos como conhecimento científico, conhecimento verdadeiro. Por tal motivo, estudar a formação do professor, no que toca a sua visão sobre o negro, é crucial para se perceberem que medida a escola está preparada para lidar com a questão racial. (SANT'ANA, 2005, p. 55)

O professor tem o dever de educar para a vida, para isso sua formação deve ser fundamentada, primeiramente, no respeito ao ser humano. Logo, para a educação para as relações etnicorraciais, deve-se buscar bases pedagógicas para identificar e corrigir os estereótipos e o racismo velado, principal forma de manifestação do preconceito racial. Portanto,

desmontar os estereótipos possa vir a ser um dos objetivos específicos dos cursos de formação de professores, especialmente para os das séries iniciais, como uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal. (SILVA, 2005, p.22)

Saber identificar e corrigir as formas de preconceito e discriminação dentro da escola deve estar em pauta nas formações continuadas como também nos cursos de formação de professores nas instituições de ensino superior do país. Para tanto, cabe aqui ressaltar alguns conceitos como estereótipos, discriminação e preconceito racial, a fim de contribuir com o trabalho do professor de modo a identificar a prática do racismo. De acordo com Silva (2005, p.24), “os estereótipos geram os preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro.” No caso do negro têm-se conceitos como primitivo, inferioridade, relacionados ao sexo, etc., que cultuam o juízo preconcebido desapropriado da verdadeira realidade. Isto dá início ao preconceito, que faz morada apenas no pensamento do indivíduo. Acredita-se que

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição,

um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT'ANA, 2005, p.62)

O preconceito e os estereótipos estão intimamente ligados, visto que, dispensam conhecer o indivíduo do qual se trata, e quase sempre têm caráter negativo. No que se refere ao preconceito, revela-se que é

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, *op. cit.*, p. 1 *apud* SANT'ANA, 2005, p.62).

Neste caso há uma generalização do indivíduo ao grupo, no sentido de se uma pessoa é inteligente todo seu grupo social e étnico assim também o será. Um pouco mais sério que o preconceito é a discriminação, pois enquanto o preconceito atua mediante as idéias, a discriminação revela violência, ódio, ações que venham prejudicar o indivíduo discriminado. O Programa Nacional de Direitos Humanos corrobora com esta definição, sendo a discriminação

o nome que se dá para a *conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros*. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos. (*apud* SANT'ANA, 2005, p. 63, grifos do autor)

A discriminação é o auge do preconceito, quando o preconceituoso sobrepõe sua ira, sua indignação de forma explícita e maldosa contra o negro, o homossexual, o ateu. Mesmo contra a lei, a discriminação ocorre rotineiramente por motivos egoístas e grotescos. No caso do negro ocorre a discriminação racial, que segundo a Organização das Nações Unidas (1966),

significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública. (ONU, 1966 *apud* SANT'ANA, 2005, p. 63)

Portanto, o negro que sofre discriminação por sua cor ou origem pode ter seus direitos assegurados por lei prejudicados, e/ou até anulados. Infelizmente o preconceito e discriminação racial transcorrem também dentro da escola. Portanto, a implantação da história e cultura afrobrasileira deve estar nos currículos de nossas escolas e também na sala de aula. A lei está em vigor, todavia muitos professores não sabem como trabalhar a temática. Logo se sugere,

a) Incorporar os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana em todos os níveis, etapas e modalidades de todos os sistemas de ensino e das metas deste Plano na revisão do atual Plano Nacional de Educação (2001-2011), na construção do futuro PNE (2012-2022), como também na construção e revisão dos Planos Estaduais e Municipais de Educação; b) Criar Programas de Formação Continuada Presencial e à distância de Profissionais da Educação, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 31)

Além das formações, os documentos oficiais das Secretarias de Educação e da instituição de ensino podem e devem dar suporte teórico aos professores que sentem dificuldade em trabalhar a temática. Cabe ao professor se fundamentar e buscar apoio junto ao Projeto Político Pedagógico da escola, a respeito Lopes (2005, p. 190) revela que este “deve voltar-se, assim, para um trabalho continuado de valorização das pessoas, povos e nações, num combate permanente às idéias preconcebidas e às situações de racismo e discriminação com que nos defrontamos no dia-a-dia.”

Assim, percebe-se que a construção de estratégias educacionais dá suporte técnico aos educadores, como também faz parte da luta contra o racismo, seja o educador de cor branca ou negra. Educar para as relações etnicorraciais, valorizando as contribuições e a cultura negra em nossa sociedade, de modo que os estereótipos sejam vencidos e superados, e que seja possível usufruir da verdadeira igualdade racial com o respeito devido às diferenças. Realizada essa discussão neste capítulo, é necessário apresentar a metodologia utilizada na realização da pesquisa deste objeto monográfico como também os achados da pesquisa relativos ao próximo capítulo, que buscou compreender o modo como os professores dos anos Iniciais do Ensino Fundamental tem enfrentado o racismo na sala de aula.

## CAPÍTULO II - PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO

*Se o racismo, e os privilégios dos brancos são estruturais, as ações contra o racismo devem ser também estruturais. Racismo não é preconceito: racismo é preconceito mais poder. Se não formos mudanças nas relações e posições de poder em nossa sociedade, estaremos reproduzindo o racismo que recebemos.*

*Manifesto dos Brancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>*

A educação enquanto formadora de cidadãos críticos e ativos da sociedade tem o poder de educar para a diversidade, e assim, valorizar as diferenças entre as pessoas sejam estas diferenças religiosas, culturais ou raciais. O preconceito racial é perceptível na imposição cultural, na referencialização por um determinado padrão estético, etc. A escola como espaço de transformações, deve educar para as relações etnicorraciais, fortalecendo entre negros e brancos estas relações. As formações de professores devem abordar discussões temáticas mais complexas acerca do tema, como as contribuições culturais, religiosas, artísticas de forma valorativa, a fim de desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular na medida em que é reconhecido e superado o preconceito. É nesta perspectiva, que este capítulo discorrerá acerca da metodologia utilizada neste trabalho, como também as análises das questões suscitadas, a fim de compreender o modo pelo qual os professores tem enfrentado o racismo de forma educativa no ambiente em sala de aula do Ensino Fundamental Anos Iniciais, a luz de estudiosos da temática como Silva (2011), Munanga (2005), Brasil (2004)<sup>2</sup>.

A partir de estudos iniciais, vislumbrou-se uma diferença de tratamento ao longo da história, por conseguinte, as conseqüências dessa desigualdade racial e social, desenvolveram-se há bastante tempo. As conquistas em favor do negro, na sociedade, são perceptíveis, entretanto, não há igualdade plena ainda, de direitos entre brancos e

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.cedefes.org.br/afro\\_print.php?id=3368#](http://www.cedefes.org.br/afro_print.php?id=3368#)

<sup>2</sup> O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um documento que traz orientações acerca das competências que cabem a todos os níveis e modalidades educacionais, para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

negros, como poderá ser visto ao longo deste trabalho. O sentimento de indignação pela desigualdade que ainda existe, em relação aos negros, gerou interesse em pesquisar e refletir, sobre a importância da educação na superação do racismo e seus estereótipos. Há então, a necessidade de mudança e avanço, dentro desse campo das relações etnicorracial. Para lembrar Paulo Freire (2000, p. 31), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, pois a escola é por excelência, o espaço para refletir e formar pessoas conscientes de seus direitos e deveres. Nessa perspectiva da escola e sua função social, que a presente pesquisa buscou compreender os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de entender os seus anseios, suas propostas de participação, sua dignificação enquanto pessoa.

Portanto, esta pesquisa é quali-quantitativa com preponderância qualitativa. No que se refere à pesquisa qualitativa, busca fazer interpretações do objeto de estudo, de acordo com a realidade observada, sem se preocupar com quantificação de dados. A pesquisa qualitativa está mais para as relações humanas, visto que segundo Minayo (2001 *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.32), “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” O tratamento dos dados nesta abordagem se torna mais subjetivo, considerando as interpretações do pesquisador, mediante suas fontes bibliográficas e dados coletados. Por isso, “a pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.32), sendo esta subjetividade a maior dificuldade para realizar a análise nesta abordagem.

Em contrapartida, a pesquisa quantitativa busca quantificar, numerar informações, classificá-las e analisá-las, bem como afirma Fonseca (2002, *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.33), “A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” A coleta de dados foi realizada primeiramente mediante autorização dos entrevistados e das responsáveis pelas duas instituições de ensino. Aplicou-se a técnica de entrevista semiestruturada com doze questões<sup>3</sup>, instrumentada por um gravador de áudio, no local de trabalho de cada entrevistado, motivo que levou a pesquisadora a voltar nas escolas

---

<sup>3</sup> Ver em apêndices.

diversas vezes, pois os entrevistados apresentavam pouca disponibilidade de tempo, gerando um emprego maior de tempo, por parte da pesquisadora, para realizar a coleta de dados.

A entrevista constitui-se em uma técnica de coleta de dados proveniente da interação entre pesquisador e pesquisado. Neste caso, se utilizou a entrevista semiestruturada, conforme já mencionado, por ser um instrumento flexível que pode ser alterado mediante a necessidade do entrevistado ou do entrevistador, conforme apresenta Gerhardt *et al*, (2009, p. 72), “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.” Isso pode ser constatado na interação com os respondentes por ocasião da coleta de dados, nas escolas *lócus* desse trabalho de investigação, quando por vezes os entrevistados não compreendiam a questão ou fugiam do tema, devido à entrevista ser flexível foi possível alterar o roteiro, oferecendo assim maior garantia de respostas. Entretanto, à entrevista semiestruturada é alvo de críticas por sua flexibilidade e pela autonomia que tem o entrevistador, podendo esta, influenciar na fala do pesquisado, por exemplo.

## **2.1 *Locus* e sujeitos da pesquisa**

Participaram desta pesquisa nove professores, sendo um do sexo masculino e oito do sexo feminino, de duas escolas públicas municipais da cidade de Cajazeiras – PB, que serão identificadas ficticiamente, como Escola Sol e Escola Lua. A Escola Sol atende 384 alunos nos turnos manhã, tarde e noite, nos níveis educação infantil, Ensino fundamental Anos Iniciais e EJA (5ª a 8ª série). Os discentes têm na faixa de 04 a 50 anos de idade, todos pertencentes à classe baixa renda. O corpo técnico administrativo é composto por 1 gestora, 2 vice-diretoras, 02 merendeiras, 03 auxiliares, 02 agentes administrativos, 02 vigilantes, 3 professoras readaptadas, 06 monitores de oficinas do Programa Mais Educação. O corpo docente compreende uma faixa etária de 29 a 54 anos, sendo composto por 16 professoras pós-graduadas e 02 professoras graduandas.

A Escola Lua atende um público de 280 discentes, de classe baixa renda, na faixa etária de 03 anos a 64 anos de idade, nos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental I, as modalidades de educação EJA (primeiro segmento) e Educação

Inclusiva. A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. A gestora e a vice-diretora são funcionárias efetivas, indicadas pela assessoria do prefeito. A escola Lua tem um corpo docente com 09 professores, sendo 08 do sexo feminino e 01 do sexo masculino. Os docentes são graduados nas seguintes licenciaturas: Pedagogia, Geografia, Letras, História. Todos têm especialização, distribuídos nas seguintes áreas: Psicopedagogia, Metodologia do Ensino, Ecosol EJA, Gestão Escolar e Matemática. O corpo técnico administrativo da instituição é composto por 01 gestora, 01 vice-diretora, 01 coordenadora pedagógica, 01 agente administrativo, 02 cozinheiras, 01 vigilante e 03 auxiliares de serviços.

Quanto ao modo de nomeação da gestão, nas duas instituições pesquisadas, é realizada por indicação da Secretária de Educação do Município de Cajazeiras. Segundo a gestora da Escola Sol, essa escolha é feita a partir do cumprimento de requisitos como ser concursado, ter experiência de pelo menos 2 anos como docente em sala de aula e curso superior na área da educação. Em ambas as instituições de ensino ocorrem o planejamento e a formação continuada semanalmente, sendo em determinada semana o planejamento na escola e em outra semana, a formação continuada na Secretaria de Educação do Município. Todavia, vale ressaltar que, em nenhuma das duas escolas, há um projeto voltado diretamente para as questões etnicorraciais. Como também, nas investigações realizadas não foram encontrados vestígios de resultados alcançados, de avaliações processadas relativas ao projeto implementado. Tudo isso leva a crer que a temática relações etnicorraciais, não foi trabalhada fundamentamente pelas escolas pesquisadas.

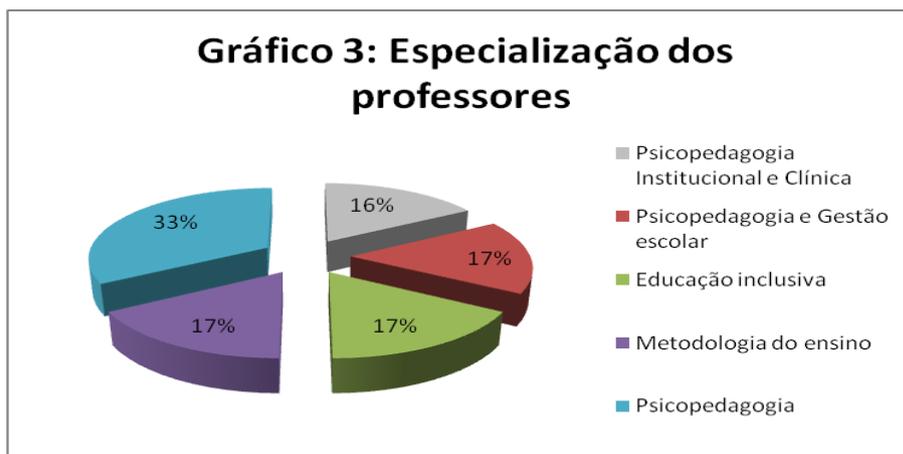
Os professores participantes da pesquisa têm na faixa de 29 a 58 anos, todos com mais de cinco anos de atuação em sala de aula, com as seguintes formações:



Material de Pesquisa. Elaborado pela Autora. Ano: 2014.



Material de Pesquisa. Elaborado pela Autora. Ano: 2014.



Material de Pesquisa. Elaborado pela Autora. Ano: 2014.

A maioria dos docentes entrevistados tem graduação em Pedagogia, o que supõe que estes tenham conhecimento específico em Educação, desenvolvimento integral da criança, metodologias de ensino, didática, etc. Grande maioria também possui especialização nas áreas de Educação, porém nenhum dos docentes possui curso específico sobre diversidade, apenas uma professora participou de seminários acerca da diversidade etnicorracial.

Coletados os dados, se iniciou a transcrição das entrevistas, fase mais demorada do trabalho. Após as transcrições, “para que as informações possam ser adequadamente analisadas, faz-se necessário organizá-las, o que é feito mediante seu agrupamento em certo número de categorias” (GERHARDT *et al*, 2009, p. 81), que no

caso desta produção as categorias foram educação para as relações etnicorraciais, racismo e práticas docentes formativas no âmbito das relações etnicorraciais<sup>4</sup>. O processo de categorização dos dados, que se organizou por tópicos da entrevista, apresentando cada questão e em seguida as respostas de todos os pesquisados referentes aquela determinada questão.

A partir deste momento, iniciou as análises dos dados, na interação entre pesquisadora e orientador, considerando os objetivos específicos do trabalho que são discutir situações de racismo em sala de aula; investigar a preparação dos professores frente ao necessário enfrentamento e refletir sobre a estrutura da escola em relação ao tratamento da educação para as relações étnicas raciais, sendo estes objetivos, sequencialmente, o norte para o desenvolvimento de cada capítulo deste trabalho. Portanto, tem-se a seguir as análises da presente pesquisa à luz de estudiosos como Silva (2011), Munanga (2005), Brasil (2004) entre outros.

## 2.2 Exposição e análise dos dados

Sem dúvida, o corpo da Lei 10.639/03 suscita questões de suma importância para a reestruturação das relações etnicorraciais, entretanto durante a pesquisa notou-se que apenas 44,44% da amostra têm conhecimento da referida Lei. Nesse momento, cabe enfatizar a “dependência” dos professores (ou da escola) no que tange a Universidade como meio de pesquisa, formação e extensão. Como afirma a **Professora A**, acerca o conhecimento sobre a Lei 10.639/03,

*“eu só tenho por causa da Universidade, e só, porque assim, para dizer assim, exato... exato a gente não sabe, não!”* [Entrevista em 17/11/2014]

Observa-se uma dependência de vínculo com a universidade, tornando-se viável a expansão deste caráter de pesquisa, de autoformação e aperfeiçoamento que se tem dessa instituição para outros campos por excelência do saber, como, por exemplo, o do aprendizado a partir da própria prática docente elucidada por mecanismos de pesquisas e de reflexões sobre e na própria prática.

Já a **Professora H** afirma,

---

<sup>4</sup> Tais categorias de análise originaram-se das palavras-chave do resumo deste trabalho.

*“Acredito que seja relacionada às questões que devem ser acrescidas em termos de estudo, um aditivo a legislação LDB para nós termos efetivamente em prática o trabalho com as questões de ordem etnia e culturas.” [Entrevista em 18/11/2014]*

Mediante a expressão da Professora H, sente-se a necessidade de esclarecer alguns conceitos como raça, etnia e racialização, que muitas vezes são interpretados erroneamente. Observa-se que a Professora H usa o termo etnia para fugir do termo raça, pois muitos indivíduos o “substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de ‘fala politicamente correta’” (MUNANGA, 2003, p. 06). Em sua fala evasiva, percebe-se a necessidade de compreender a palavra etnia para empregá-la conscientemente. A palavra etnia faz referência a um conjunto de indivíduos que, “têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.” (MUNANGA, 2003, p. 06). Etnia, quer dizer um grupo distinto com costumes, religião, língua, que dividem o mesmo espaço, como os índios, por exemplo. Etnia e raça são termos que muitos desconhecem a diferença, e como pode ser visto. O termo etnia pode ser usado para disfarçar o preconceito. Então, vale ressaltar essa diferenciação, a partir da conceituação de raça.

A classificação entendida por “raça” ocorreu no fim do século XVIII aos meados do século XIX, quando a cor da pele e os traços físicos como o nariz, lábios, queixo, etc., foram considerados critérios fundamentais para tal distinção entre indivíduos humanos. Assim, se disseminou a consagração da “raça branca” enquanto superior. Entretanto, no século XX, geneticistas humanos “chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.” (MUNANGA, 2003, p. 02-03). Muito embora essa teoria tenha sido recontada, o entendimento da existência de raças ainda existe na mentalidade de muitas pessoas, como é o caso da **Professora G**, quando afirma:

*“Eu trabalho na minha sala assim, a questão de quebrar o preconceito na questão de raça, de cor.” [Entrevista em 17/11/2014]*

Infelizmente essa visão secular ainda persiste inclusive em formadores de opinião. Outro equívoco conceitual quando a Professora G cita “questão de raça”. Na verdade ela devia se referir à racialização, que compreende a noção sociológica de raça, a partir de uma perspectiva cultural, pois

Nesse cenário, falar em “raça” não tem nenhuma associação com a biologia ou os conceitos que buscaram reforço na seleção natural das espécies. O conceito de “raça” está relacionado com as exclusões existentes na sociedade, tendo-se em vista características fenotípicas e pigmentocráticas. Falar em “raça” pode revelar uma das características do racismo: a capacidade de negar o direito essencial da pessoa, o de ser humana. Por isso, o racismo é um dos mais graves crimes contra a humanidade e os direitos humanos. (SÃO PAULO<sup>5</sup>, 2008, p. 21)

Sociologicamente, os negros são vistos enquanto inferiores, já que, racialmente não constitui uma subdivisão de espécie, tornando o racismo uma grande violência contra o ser humano.

Ao se referir a importância do trabalho com a temática diversidade etnicorracial a partir da escola, a **Professora A** afirma que,

*“[...] essa diversidade aqui é mais trabalhada quando, a consciência negra, então ela é trabalhada aqui na escola, então assim não é que tem um tema assim específico não, se trabalha mais com datas, datas comemorativas, mas se trabalha alguma coisa.”* [Entrevista em 17/11/2014]

É possível perceber a estandardização com a qual é tratada a temática, de modo comemorativo. Condizente com esta realidade, pode-se citar ainda a fala do **Professor I**, em outro momento,

*“Como eu disse a você, olhe, por exemplo, o mês de agosto, folclore. Aí vem o saci, a cor do saci, e por vai, e aí a gente ganha mais condições de não fugir tanto do currículo e ao mesmo tempo conseguir contemplar o tema também.”* [Entrevista em 19/11/2014]

Compartilha-se contos ou histórias com personagens negros ou da cultura dos negros, em agosto e/ou novembro, deixando de lado a grandeza do berço da humanidade pelo restante do ano letivo. A folclorização da temática não trabalha a

<sup>5</sup> Este documento foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, direcionado a professores de toda a educação básica, no intuito de sensibilizar os docentes para as relações etnicorraciais, tecendo proposições pedagógicas a fim de contribuir para o fortalecimento de uma educação antirracista, com base na Lei 10.639/03.

diversidade etnicorracial. Educar para as relações étnicas raciais não pode e não deve estar restrita a datas comemorativas, isto é,

De um modo geral, a história dos africanos antes da vinda para o Brasil não é mencionada na escola e a contribuição dos(as) afrobrasileiros(as) para a construção do país é referida de modo parcial e distorcido apenas em datas específicas, como o 13 de maio, no mês do folclore (agosto) e no dia 20 de novembro. Grandes nomes negros são esquecidos. (BARROS, 2011, p.88)

É possível valorizar a história e cultura dos afro descendentes em dois ou três dias ao ano, tal como preconiza a Lei 10.639/03? É possível valorizar o negro em uma escola/sociedade que trabalha as contribuições dos indígenas e africanos em datas específicas? Acredita-se que este apenas não seja o melhor caminho. A conscientização da comunidade e da sociedade é o caminho, não sendo necessário presenciar o racismo em sala de aula ou na escola, para voltar o olhar para a questão. Pois,

O racismo, que deveria ser tratado como um tema a ser trabalhado em diversas áreas, somente é discutido quando ocorre algum caso de discriminação, e muitas vezes é considerado um problema que diz respeito apenas aos negros e indígenas ou a organizações de defesa dos direitos destas populações. (BARROS, 2011, p.88)

É preciso conscientizar negros e brancos para reestruturar essas relações. Essa conscientização dar-se dentro do currículo, dentro do Projeto Pedagógico da escola, nos planejamentos e formações continuadas de professores durante todo o ano letivo, não em projetos que se restringem às datas comemorativas, de modo parcial. Percebe-se que a escola está programada a reproduzir mecanicamente, instrumentalmente, dissociada da complexidade do ser.

De acordo com a **Professora A**,

*“[...] geralmente nas formações não tem uma formação específica para gente trabalhar essa, essa, essa temática, essa diversidade etnicorracial, que não tem, não é? No caso dessa formação se sente essa necessidade grande. Geralmente as formações que é o PNAIC, é mais voltado para leitura e escrita e as outras quando se é educação inclusiva que tem alguma coisa, que é muito difícil.”* [Entrevista em 17/11/2014]

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um excelente programa do governo federal, porém apresenta objetivos quantitativos de formar, instrumentalmente, crianças a ler e escrever. Assim, contribui para uma formação

menos humanizante. Desenvolve formações funcionais e pragmáticas, expropriando o poder de reflexão do professor. O conteúdo propedêutico, deve ser desenvolvido em uma perspectiva mais humana, no entanto, encontra-se em caminhos longínquos. Não é intenção desse trabalho discutir como objeto o letramento a partir de uma perspectiva afrobrasileira. No entanto, é preciso fazer uma diferença entre letramento e alfabetização, pois

Letramento é palavra e conceito recentes [...] seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 01)

As professoras no geral trabalham mais na perspectiva da alfabetização, e menos quanto ao letramento, não aproveitando essa discussão para a formação humana em prol da emancipação de consciências. Se assim fosse avançaríamos muito na perspectiva da educação para as relações etnicorraciais. Faz interessante discutir nessa proposta da Lei 10.639/03 a perspectiva do letramento nos anos iniciais.

Em meio às críticas, o PNAIC é um excelente programa para se trabalhar de modo interdisciplinar, porém o foco é a leitura e a escrita, restringindo as potencialidades cognitivas do aluno como respeito mútuo, justiça, diálogo, solidariedade. Então, as formações do PNAIC estão sendo ofertadas da forma como ele foi preconizado, quando se devia aproveitar além de suas formatações originais. Deste modo, poucos professores e coordenadores tem se preocupado com a formação integral da criança. A maior preocupação que se tem é fazer os discentes lerem. Tendo em vista a formação mais humana, nota-se a necessidade de aperfeiçoar os programas desta natureza, pois não é porque o PNAIC foi formatado em uma funcionalidade específica, que ele precisa ser reproduzido nessa formatação inicial. O PNAIC pode agregar outras atividades na base de planejamento, podendo adicionar a educação para as relações etnicorraciais no âmbito da formação cidadã. Uma formação mais humana sem deixar de lado o conteúdo propedêutico. Nesse sentido, devem se fazer presentes princípios de democracia, cidadania e respeito.

No caso da diversidade étnica e cultural, nem sempre é visível, a valorização e o respeito pelo negro, porém percebe-se na fala do **Professor I**, que

*“a busca é exatamente dentro dessa perspectiva, fazer com que eles já cresçam conscientes de que nem todo mundo é igual, e que deve respeitar sim a diferença. E eu costumo dizer até assim, você não é obrigado a gostar não de ninguém não, mas a gente tem por obrigação de respeitar.”*  
[Entrevista em 19/11/2014]

Esse “respeitar”, compreende o tolerar mesmo sem estar condizente com a idéia. A tolerância é o primeiro passo para a aceitação, que gera o respeito, fortalecendo a democracia. Logo,

Em síntese, a implementação da Lei nº 10.639/03 é um processo complexo e se imbrica com um elenco de temas que requerem a formatação de um novo modelo educacional, alicerçado em princípios democráticos e inclusivos de respeito e tolerância à diversidade. (SÃO PAULO, 2008, p. 23)

Ainda nesta fala do Professor I, é inevitável não lembrar que somos todos diferentes, quer seja branco ou negro, rico ou pobre, não existe ninguém igual de forma alguma a outra pessoa.

Colocou-se também em questionamento, como estão sendo trabalhadas as questões etnicorraciais na escola em que os professores da pesquisa atuam. Entretanto, embora a questão tenha sido direcionada ao professor, vale salientar que na Secretaria Municipal de educação não há nenhuma diretriz que preconize a educação para as relações etnicorraciais. Logo, por mais que os professores queiram e precisem articular um trabalho nessa direção, é preciso que haja uma articulação de forças, para trabalhar com as questões das minorias sociais como, por exemplo, a educação para os ciganos, educação do campo, as relações etnicorraciais, pois é obrigação do governo municipal

instituir nas secretarias municipais de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações etnicorraciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste Plano; (BRASIL, 2004, p.38)

Essa discussão necessita existir dentro da secretaria de educação enquanto núcleo articulador que transforme a política enquanto dispositivo legal, para uma prática de trabalho docente mais circunscrita. Então essa lacuna, no órgão central acaba afetando a própria produção das escolas nesse âmbito, o que não se pode atribuir essa falha apenas ao professor, embora este tenha autonomia sobre sua prática.

Neste sentido, foi questionado como estão sendo trabalhadas as questões etnicorraciais na escola em que o sujeito atua, a **Professora A** respondeu que “*Para falar a verdade aqui eu não vejo não, aqui não se trabalha não.*” [Entrevista em 17/11/2014]. Em outro momento a **Professora G** revela que

*“Eu nem sei te explicar, por que assim a gente vive nesses projetos, nesses programas que vem do Ministério da Educação ... e a questão que eles querem é leitura, é leitura e escrita.”* [Entrevista em 17/11/2014]

Observa-se que quando o professor é provocado sobre a dinâmica de trabalho dele para as relações etnicorraciais, ele transfere a responsabilidade, pois não se vê como elemento estratégico. Subtende-se que a responsabilidade de buscar aperfeiçoamento não seja do professor, pois este não se visualiza enquanto agente de articulação. Neste sentido, observa-se que

a práxis reiterativa, repetitiva, fragmentada, a não concretização da finalidade proposta são características do processo de auto alienação inconsciente que é a essência da alienação. Na prática pedagógica alienada o professor realiza um trabalho que não lhe pertence no sentido humano, não pode convertê-lo em elementos da sua própria vida. O trabalho torna-se um meio de assegurar sua existência e então acaba realizando o que é encomendado e, mais que isso, reproduzindo o pensamento dominante. (MARTINS, 1987 *apud* LEMOS, 2006, p. 10)

O professor não se considera um agente político e de reflexão. Logo, se a escola não encaminha o processo o professor, no geral, também não o fará. Observa-se na fala da **Professora C**, quando ressalta que

*“ainda a gente esta caminhando para isso, a gente tenta procurar, de uma forma através da lei, que ela exige, ela fundamenta e exige que as escolas se preparem e que no seu currículo,o tenha inserido essa questão, mas a escola ainda caminha para poder atender essa demanda e essa obrigação da lei.”* [Entrevista em 20/11/2014]

A fala da professora denuncia a falta de diretividade ao trabalhar a temática, pois questiona-se: Desde quando e até quando a escola irá caminhar nessa direção? Se tivesse caminhando implementando um projeto, seria mais interessante. Todavia, este caminhar refere-se a ler, estudar, buscar sem programação efetiva de que e como fazer,

independente do custo de tempo que isso leva. Os professores se acomodam em apenas como o fato de estarem “discutindo” a temática.

Notou-se também o pragmatismo com relação às atividades, podendo ser constatado na fala da **Professora D** ainda com relação às formas que estão sendo trabalhadas as questões etnicorraciais,

*“Textos já prontos de livros, produção de texto, danças, os ritmos diferentes, a cultura negra, as danças no Brasil que se originaram da cultura negra.”* [Entrevista em 20/11/2014]

No âmbito desta temática os professores implementam muitas receitas, reproduzindo uma estratégia e se contentando por ser uma atividade diferenciada. Como também aponta a fala da **Professora G** em outra questão,

*“Trabalho, uma vez passei para eles uma pesquisa, para eles pesquisarem via internet. Até fixaram cartazes na sala.”* [Entrevista em 17/11/2014]

Não que esteja errado utilizar estratégias que deram certo, porém, é necessário compreender que o cerne destas atividades está no levar a produzir, na construção dos juízos, na construção das representações e dos conceitos, e não necessariamente na transposição didática, a não ser que esta seja o meio para alcançar este objetivo. Ideal seria fazer os discentes perceberem, debater e desmitificar seus preconceitos. “Em outras palavras, para que tenha valor, os projetos devem ter utilidade. Se não há efeitos, é porque estas idéias não têm sentido.” (FERREIRA, 2010, p. 02) Nota-se que as práticas pedagógicas estão no prisma da transposição, que por si só não representa o caminho a seguir, principalmente quando se trata de uma temática tão sutil e velada como as relações etnicorraciais.

Mais uma vez a escola está mais preocupada com os fins e menos com os processos, visto que existem escolas são muito preocupadas com as programações e festividades, como revela a **Professora E**,

*“[...] uma vez que na próxima semana nós teremos um evento que todas as escolas irão organizar os seus stands, fazer as apresentações a partir desses temas.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Deve-se, enfatizar mais o processo do que a culminância festiva. A culminância é produto do processo. A escola não pode ter muitas programações festivas, mas sim muitos processos, pois não adianta ter belas ornamentações, comidas típicas, comunidade na escola, se a criança não brinca ou rejeita a criança gorda, negra ou indígena. O importante é o processo e não a culminância deste.

Um dos principais motes que comprovam a falta de conhecimento pela temática é a estrutura evasiva da fala deles. Quando eles começam a falar sobre as questões etnicorraciais, no caso do **Professor I** que diz o seguinte:

*“a gente escolhe uma temática, e aí com base nas temáticas a gente vai desenvolvendo segmentos que vão sendo norteados, tendo a ideia etnicorracial como um [...] tema gerador.”* [Entrevista em 19/11/2014]

Percebe-se a enorme dificuldade dos professores em falar “Eu não sei”, pois ao invés de falar que não sabe os professores encobrem que não sabem, forçando uma situação para dizerem que sabem, embora que relativamente.

A respeito da questão sobre a partilha de histórias com personagens negros a **Professora C** quando afirma que

*“Sim, compartilho, sempre. Toda semana.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Porém, o que está em jogo não é uma ou outra temática de modo focal. Se toda semana se trabalha histórias de matrizes africanas, irá faltar alguma temática como gênero, religiosidade, diferença, meio ambiente, ética, drogas, entre outras. O ideal seria trabalhar todas essas temáticas, e outras mais, interdisciplinarmente. Não é objetivo da educação para as relações etnicorraciais, o trabalho unilateral com motes etnicorraciais ao longo da semana inteira e sim que de modo transversal e interdisciplinar se aborde a temática incluindo outras questões necessárias para a base da formação humana. Não se busca monopolizar a escola com as relações etnicorraciais tão-somente.

Ainda na fala da **Professora C**,

*“eu já trabalhei duas vezes a Menina Bonita do Laço de Fita, inclusive essa semana eu vou trabalhar de uma forma diferenciada com ela, porque a gente também vai fazer uma dramatização.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Do mesmo modo, a **Professora E** afirma,

*“Sim, sim. Nós trabalhamos o negrinho do pastoreiro, nós trabalhamos o patinho feio que trata de preconceito também, e tem outros que eu não estou lembrando agora, que são, são temas que fazem a criança refletir sobre essa temática.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Percebe-se uma acomodação em si trabalhar o que já se tem. É notável o desinteresse pela busca, pelo estudo, pela pesquisa, por grupos temáticos nas redes sociais, grupos de estudos e/ou pesquisa, revistas pedagógicas e afins, para compartilhar e socializar o conhecimento. Deve se trabalhar sim menina bonita do laço de fita, mas por que não busca outras referências<sup>6</sup>? Os professores não podem se contentar com os recursos que já se tem, sem explorarem em outras direções. Sendo assim, “o educador pode recorrer a vários mecanismos didáticos para tratar de identidade, como usar vídeos, filmes e textos para identificar a reprodução ou não de estereótipos sobre a participação negra na sociedade brasileira.” (SÃO PAULO, 2008, p.19). As metodologias são inúmeras, por isso não se pode contentar-se com uma mera reprodução daquilo que se repete e com pouco a acrescentar em termos de discussão.

Na fala da **Professora H** percebem-se metodologias mais abrangentes e diversificadas, pois ela afirma que

*“Sim. [...] A gente trabalhou o Patinho feio, dentro dessa temática né?! Nós trabalhamos também Menina Bonita do Laço de Fita que é um texto ao qual eu me refiro de Ana Maria Machado. Mas tem outros textos que dão uma dimensão muito boa. Também trabalhamos em termo de filme, a exemplo de uma lenda Kiriku e a feiticeira, o personagem é um personagem africano [...]”* [Entrevista em 18/11/2014]

As metodologias como se pode observar são inúmeras, e não se pode contentar-se com uma mera reprodução daquilo que se repete e com pouco a acrescentar em termos de discussão.

Considerando a fala da **Professora E** a respeito do trabalho pedagógico na escola,

*“nós temos uma dificuldade em relação ao trabalho teórico, porque alguns professores eles tem interesse de fazer leituras, e quando é a coordenação*

---

<sup>6</sup> Conforme se apresenta algumas referências no Capítulo III deste trabalho.

*pedagógica que pede, eles se sentem obrigados e muitas vezes não querem fazer as leituras. Então nós passamos por essa situação na escola também. Já com os professores que uma dedicação e que se dispõe a cada vez mais estudar, buscar conhecimento, então a gente tem um grupo também na escola que consegue fazer isso.” [Entrevista em 20/11/2014]*

Existe um grupo de professores que cooperam e outro que não contribui. Algumas práticas da organização do trabalho pedagógico precisam ser articuladas para sustentar projetos. O grupo de professores que não planeja, torna qualquer tarefa, que não seja a mera transposição do conteúdo programático, em uma atividade árdua. Os professores precisam participar da co-gestão, ter relação estreitada com a família e a comunidade, independentemente das relações etnicorraciais. Acertar na discussão da educação para as relações etnicorraciais implica também estar qualificado na organização do trabalho pedagógico.

Na fala do **Professor I**, trabalha-se a temática

*“principalmente em agosto né?! Que tem o folclore, a gente trabalha muito a idéia do saci, a gente sempre traz ele com mais eficiência, mas não só como personagem folclórico, a gente cria situações do cotidiano durante o mês de agosto.” [Entrevista em 19/11/2014]*

O sítio do pica pau amarelo apresenta profundas marcas de preconceito racial. Essa obra levou muitas pessoas a reproduzirem suas idéias, como lugar de negro é na cozinha, a cozinheira é sempre preta, toda negra é burra, todo menino negro é levado, sapeca, incontinente. O sítio do pica pau amarelo tem uma grande referência nas contações de história. A própria Ana Célia Silva tem muitas restrições contra o sítio do picapau amarelo, na sua proposta de formação dos valores infantis. Ao longo da produção acerca da representação do negro no livro didático, da professora Ana Célia Silva, há fortes e contundentes reservas em relação ao sítio do picapau amarelo como uma literatura consistente para a formação do público infantil e infanto juvenil.

Essa contação do sítio do pica pau amarelo pode estar sendo um prejuízo devido o profundo preconceito que há na estrutura dessa obra literária. Por que o Pedrinho era astuto, inteligente, obediente, sensato, bonito e curioso? Enquanto o saci era indolente, defeituoso, mentiroso, ladrão, o típico menino levado que tira vantagem de tudo? Será que com isto não se reproduz uma estrutura de preconceito que se tentado superar? Será que não é um retrocesso o sítio do pica pau amarelo em meio a essa

questão? Deste modo seria interessante realizar uma análise com os discentes no sentido de desmitificar estes estereótipos que fazem referência ao negro no sítio do pica pau amarelo, como também fazer uma análise da condição de negro nos dias atuais, tornando os discentes seres críticos a ponto de perceberem o racismo velado.

Em busca de uma educação democrática deve-se pautar uma formação dos discentes enquanto uma formação mais direcionada e focal, em nível de aprender com as diferenças, com a tolerância, com a igualdade. Direcionando uma discussão na perspectiva que todos são iguais diante da necessidade das relações humanas e democráticas. Precisa-se compreender que perante a lei, todos são iguais. Quanto a formação docente deve aprofundar-se tanto na intensidade quanto no acúmulo de informações. Aprofundar do ponto de vista que os professores precisam saber a diferença de etnia e raça, raça e racialização, por exemplo. Que raça biológica e raça sociológica são conceitos divergentes, conforme já abordado nessa produção.

Alguns professores têm consciência política e entendimento que é necessário articular a Lei 10.639/003, como é o caso da **Professora E** que revela um bom acúmulo de conhecimento ao responder sobre a necessidade de uma formação mais aprofundada nessa direção, tanto de alunos quanto de docentes, pois afirma que

*“A necessidade é grande. Porque é um tema que ainda esta caminhando lentamente nessa discussão, tem profissionais que não gostam de discutir essa questão, quer dizer, já é o próprio preconceito que está arraigado nessa pessoa, né?! E assim vai tocar vamos dizer assim em feridas, porque você vai refletir sobre sua própria condição, como pessoa, como ser que está em formação, o seu contexto familiar, de onde é que vem a sua família, de onde é que vem essas misturas, até chegar né?! A gente propriamente. Vai, o profissional... vai travar dentro de si... tem que remover alguns conceitos e tirar os preconceitos, né?! Para poder chegar a discutir.”*  
[Entrevista em 20/11/2014]

Muito embora os professores tenham consciência dessa necessidade, eles não conseguem se inserir em uma atividade sistêmica, pois a própria escola não consegue aproveitar os potenciais individuais dos docentes. Mesmo alguns professores demonstrem estreita relação com as questões etnicorraciais, é preciso uma organização em nível de sistematização da escola.

Assim, percebeu-se que no geral, os professores estão trabalhando na perspectiva da contingência, na medida em que surge um problema tenta-se solucionar,

demonstrando-se não proativos ao passo que comumente, primeiro instaura-se a situação indesejada para só então resolver, como revela a **Professora C**:

*“é uma necessidade enorme porque de uma certa forma o professor, por ter tantas atribuições, termina esquecendo algumas partes. E o professor muitas vezes, eu vejo assim, ele só toca naquilo que muitas vezes quando é, por exemplo, quando se tem algum problema na sala.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Bem como afirma também a **Professora G**,

*“Sim, já aconteceu na minha sala, mas foi aí que eu comecei a trabalhar a questão do preconceito e do racismo.”* [Entrevista em 17/11/2014]

A escola busca medidas apenas quando certas situações fazem presentes dentro da escola. Neste sentido, o professor acaba por absorver essa dinâmica de trabalho. O professor acaba não sabendo lidar com as questões etnicorraciais, por não ter uma formação específica ou intensa. O racismo é um problema enorme e, ao encontrar uma escola pedagogicamente desorganizada, torna-se um problema ainda maior.

Outra dificuldade encontrada é em relação a algumas lacunas na formação de alguns professores como se destaca na fala do **Professor I**, formado em Ciências Biológicas, quando diz,

*“Eu acredito que, na verdade temos como problema é o currículo. Eu acho que não é nem a formação, porque informação nós temos à disposição graças aos meios de comunicação, a tecnologia ela avança e nos possibilita várias janelas para pesquisar e aprofundar a temática.”* [Entrevista em 19/11/2014]

É notória a consciência política desse professor, mas talvez por sua formação inicial, ciências biológicas, tenha confundido alguns conceitos, pois formação e informação são objeções, embora tenha algo em comum, são completamente diferentes. A informação encontra-se nos meios de comunicação, porém a formação em si dar-se por um processo do indivíduo e seus pares. O dado apenas se torna informação quando se opera sobre este dado. O problema como o professor afirma é com o currículo, mas também é com a formação e com o domínio dessa tecnologia.

Ao indagar se a professora já havia presenciado alguma forma a exclusão de crianças negras dentro do grupo em relação às brincadeiras ou demais atividades letivas, a Professora A revelou que já havia acontecido em sua sala de aula. Questionado acerca dos procedimentos utilizados depois de detectado o fato, a **Professora A** respondeu:

*“[...] eu comecei a ler uma história que falava sobre o galinho preto, que é uma história que eu comecei a contar para eles, que era um galinho preto. Ele era desprezado por todos os irmãozinhos do galinheiro. Fui explicar que ele era de suma importância para o galinheiro porque depois apareceu, apareceu uma raposa e queria comer as galinhas, e queria comer as outras galinhas, e ele foi muito corajoso, e depois ele ficou sendo visto para com os outros irmãos que ele era importante no meio. Aí eu fui explicar a eles e tudo mais, eles até que entendem mas começam novamente a mesma coisa de novo, sempre apelidando a outra coleguinha da cor de pele.” [Entrevista em 17/11/2014]*

A professora logo tomou iniciativa e tentou conscientizar os alunos da importância de todos, independente da cor. Interessante! É louvável a iniciativa da professora, no entanto, até que ponto a autora desta obra não foi traída pelas representações sociais? Pode-se afirmar que a

representação social do negro, no processo de reconstituição e modelagem da sua percepção externa estão contidos os estereótipos, os preconceitos, os julgamentos, os juízos, que são elementos ou objetos internalizados na consciência dos indivíduos, que os utilizam para construir o conceito da percepção inicial apreendida e que passa a integrar o seu universo interior. (SILVA, 2011, p.29)

Neste caso, por que o galinho preto não era médico, ao invés de segurança? Por que o galinho preto não verificou a pressão arterial das galinhas, ou então, examinou-as? Por que perpetua o estereótipo do negro enquanto porteiro, vigia, segurança, cozinheiro? Remetendo os negros a uma linhagem de existência junto aos ofícios mais baixos? Deve-se atentar para os livros e produções da mídia, pois,

Quando o negro é representado à consciência de um indivíduo, os objetos que estão na sua consciência, tais como os estereótipos e preconceitos, podem modelá-lo de tal forma, que, mesmo na sua ausência, o conceito o coloca estigmatizado em papéis e funções, estereotipado negativamente e subordinado, e à sua visão concreta esse conceito é ativado, provocando a discriminação e a exclusão. (SILVA, 2011, p. 30)

Atentar para o racismo oculto e as representações sociais do negro, requer conhecimento de causa, pois acaba- traído pelas representações. Neste sentido, torna-se inevitável uma formação no sentido de orientar os professores, coordenadores e gestores para saberem lidar com o preconceito racial.

Outra concepção que deve ser policiada diariamente é o tratamento igualitário para com os desiguais pode ser percebida na fala da Professora G, acerca de atitudes racistas que aconteceram em sua sala de aula. A Professora G revela que após a intervenção

*“Acabou, e eles tomaram consciência que todos são iguais, a diferença é na cor, assim, na pele, eu trabalhei muito essa questão com eles, que todos são iguais. O sangue daquele coleguinha que estava, eles estavam discriminando não era diferente do dele [...]”* [Entrevista em 17/11/2014]

É oportuno citar neste momento, o **Professor I**, ao dizer que

*“[...] Nós somos iguais em tudo, já que lutamos por direitos iguais, a gente tem que ser iguais tanto na conduta como na postura. E se eu sou branco, independente de qualquer coisa eu vou morrer branco, eu tenho que me aceitar como branco. Se eu sou moreno, também. Se eu sou negro, também, né?!”* [Entrevista em 19/11/2014]

Primeiramente, biologicamente, somos todos iguais, o que diferencia é o contexto histórico cultural a qual os negros foram impostos durante muitos anos, desde a escravatura até os dias de hoje. Neste sentido, a igualdade se faz para os iguais, para os desiguais se faz a desigualdade, em busca de um equilíbrio social, compensatório. Em segundo lugar, é um grande equívoco discutir igualdade sozinha, porque igualdade e diferença são dois lados da mesma moeda. Igualdade e diferença são dois termos análogos, do ponto de vista que “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p. 458). Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças, e uma diferença que não reproduza desigualdades. As pessoas têm o direito de ser diferente enquanto a igualdade tenta homogeneizá-las. Nesta perspectiva, a igualdade tem por base as diferenças.

Por se viver em uma sociedade preconceituosa sempre terá algo que seja desfavorável, que por um lado é um bom sinal, ao contrário do que apresenta o

**Professor I**, quando fala a respeito da possibilidade de ter presenciado alguma forma a exclusão de crianças negras dentro do grupo em relação às brincadeiras ou demais atividades letivas, ele afirma que

*“Não, não. Graças a Deus aqui na escola não.”* [Entrevista em 19/11/2014]

Ele afirma ainda,

*“[...] nós temos uns combinados que nós fazemos com eles no primeiro dia de aula. E um dos que a gente costuma enfocar, principalmente nos 3º, 4º e 5º ano que já são maiores, é que nós temos que respeitar o outro.”* [Entrevista em 19/11/2014]

Entende-se que não se tem problemas, por que existem as regras. Até certo ponto isso não é indicado, pois, os problemas, as falhas e as dificuldades obrigam a melhorar. Se não há falhas, tende-se a acomodar-se, propenso a operar-se nas mesmas condições sempre.

Quanto à existência da discriminação racial na escola a **Professora A** destaca,

*“Acontece. [...] É nas brincadeiras.”* [Entrevista em 17/11/2014]

Já a **Professora C** diz que

*“Sim, eu já vi. Não quer trabalhar em grupo com a mesma criança, sempre procura um jeito para se afastar dela de alguma forma, nas atividades, nas brincadeiras, em alguma dinâmica também não quer participar, não quer compartilhar os materiais escolares, então isso tende a... a gente percebe.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Nota-se que a brincadeira dissimula o preconceito do ponto de vista daquele que comete. Naturaliza e relativiza o preconceito. A compreensão equivocada de brincadeira é um dos elementos de naturalização do racismo. Nesta mesma perspectiva a **Professora G**

*“É mais assim, aquela questão como se eles tivessem uma rejeição, mas uma coisa que já vem de casa.”* [Entrevista em 17/11/2014]

Como também a **Professora F** diz que

*“a gente observa na escola no todo, mas na minha sala não tem muito com agressividade, é mais se esquivando, mas na escola como um todo existe. Existem meninos que apelidam, mais é a questão do apelido. Com relação aos apelidos né?!”* [Entrevista em 17/11/2014]

É um grande desafio superar o racismo nas séries iniciais, porque não se nasce racista, se aprende a ser racista.

A escola dá lugar a não legitimação para afirmação das identidades. Começa a não querer dividir os mesmos espaços e materiais, a não compartilhar uma brincadeira até o ponto de uma criança se sentir excluída e perceber que ela não se adapta a escola, gerando a evasão. Esse ponto não é o princípio-fim, e sim os primórdios de um processo segregador da dignificação da pessoa humana. A escola não pode esperar pelos outros órgãos sociais como a família, a igreja, os meios de comunicação, etc. Essas crianças poderão superar esse racismo quando um trabalho for feito com elas, com os pais delas e em última instância com elas e os pais delas. Os professores de modo geral não vêem o racismo em suas salas de aula, e ao mesmo tempo todos vêem na escola com um todo. Como também a intensidade rotulada como pouca pela professora, relativizando mais uma vez a discriminação racial. Haja vista que, quem garante que para quem sofre a discriminação, considerou pouco? Que por ele (a) ser negro (a), ser rejeitado perante seus pares é algo natural?

Em seu discurso o **Professor I** aponta que

*“Não. Eu vejo conflito de criança normal. Birra normal é... crítica um ao outro de forma normal dentro da idade deles que tem de arengar agora e daqui a duas horas estarem se abraçando e se beijando. Esse tipo de discussão que é comum até para a idade, né?! Mas assim discriminar por preconceito não.”* [Entrevista em 19/11/2014]

Como também pondera a **Professora D** em outro momento,

*“Porque eu não vejo necessidade, porque eles não têm preconceito, eles não.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Questiona-se, quem não tem preconceito? Todo mundo tem algum preconceito sobre alguma coisa. Pensar o contrário é um desserviço para a desmitificação e

superação do preconceito. Não é intenção desse trabalho qualificar ou desqualificar a fala destes professores, resta porém, fazer um chamado a olhar com rigor esta dinâmica, tanto os professores como os coordenadores pedagógicos e as famílias. A escola é reflexo da sociedade, reflexo de uma sociedade preconceituosa, como bem esclarece a **Professora F**,

*“Na sociedade, está se tornando assim, escondendo por trás de uma máscara, todo mundo diz eu não sou, eu não tenho, mas quando toca na pele aí tem. Quando cai para si, para sua casa, aí é onde a gente vê que existe. Só sabe dizer quando acontece com a gente, sentir na pele. E quanto na escola, acho que é consequência, daquilo que a gente trás de casa, passa para escola.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Neste sentido, como pode a escola não apresentar preconceito? Pode até amenizar os impactos, mediante sua organização do trabalho.

(...) a fala de educadores e educadoras, os quais, ainda que reconheçam a existência de discriminações dentro e fora da escola, acreditam que é melhor “ficar em silêncio”. Falar do tema seria acordar preconceitos antes adormecidos, podendo provocar um efeito contrário: em vez de reduzir os preconceitos, aumentá-los. E, nos silêncios, no “currículo explícito e oculto”, vão se reproduzindo desigualdades. Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola. (BRASIL, 2009, p.32)

Portanto, não se pode relativizar o racismo, enfrentá-lo em busca da superação é o caminho a seguir. Defender o fato de não se ter preconceito é um prejuízo para a discussão das relações etnicorraciais. Ter o preconceito não é dos males o pior, pois este pode ser trabalhado no intuito de superação.

Apresentado parte das análises da pesquisa, dar-se-á início ao último capítulo que apresenta ainda algumas análises e tecem proposições a escola e aos professores no intuito de contribuir para a superação do racismo, respeito às diferenças e valorização da história e cultura africana e afrobrasileira.

### CAPÍTULO III - A ESCOLA ENQUANTO DIMENSÃO DE SUPERAÇÃO DO RACISMO

*Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.*

*Nelson Mandela*<sup>7</sup>

Este terceiro capítulo se propõe a refletir sobre a estrutura da escola em relação ao tratamento da educação para as relações étnicas raciais. Neste sentido, este capítulo se propõe a discorrer um pouco mais sobre as possibilidades que dispõem a escola e os professores do ensino fundamental nos anos iniciais, no intuito de contribuir para o trabalho efetivo a cerca das relações etnicorraciais. A escola deve incluir a educação para as relações etnicorraciais em seu Projeto Político Pedagógico, em suas formações, como também poderá surgir do interesse dos docentes e corpo técnico da escola. Sabe-se que

Art. 3º A Educação das Relações Etnicorraciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. (Resolução CNE/CP nº 01/2004) (BRASIL, 2004, p. 41)

A educação para as relações etnicorraciais requer metodologias e conteúdos programáticos que desmontem os estereótipos e as representações sociais que se têm dos negros e afrodescendentes, pode-se afirmar ser necessário um reconto crítico da história e cultura dos negros, como também dos índios<sup>8</sup>. Vale lembrar que esta não é obrigação do professor apenas. A escola, Secretarias de Educação, as famílias e a sociedade como um todo representam núcleos de poder que devem ser referencializados para superar o preconceito racial. É neste sentido que “é necessário que existam grupos

---

<sup>7</sup> Esta expressão foi por diversas vezes apresentada por Nelson Mandela em alguns de seus discursos políticos e em reflexões que este fazia através da mídia.

<sup>8</sup> Além dos negros, deve-se valorizar a história e cultura dos índios, ciganos e quilombolas, na mesma perspectiva dos negros de pertencimento étnico, reconhecimento social para formação do país, entre outras, ou seja, devem-se superar todas as formas de preconceito.

que monitorem, auxiliem, proponham, estudem e pesquisem os objetos de trabalho deste plano para que sua atualização permaneça dinâmica e se autoajustem às necessidades do aluno, da escola e da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2004, p.45) Devem existir grupos de estudo e/ou pesquisa na escola e/ou na Secretaria Municipal de Educação, principalmente, no intuito de gerir questões de cunho pedagógico no que tange as relações etnicorraciais. Dentre as ações das Secretarias Municipais de Educação, é relevante ressaltar as principais ações para o ensino fundamental, como

- a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações etnicorraciais.
- c) Prover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática Etnicorracial adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças.
- d) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática etnicorracial.
- e) Abordar a temática etnicorracial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem.
- f) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados e utilizar materiais paradidáticos sobre a temática.
- g) Propiciar, nas coordenações pedagógicas, o resgate e acesso a referências históricas, culturais, geográficas, lingüísticas e científicas nas temáticas da diversidade.
- h) Apoiar a organização de um trabalho pedagógico que contribua para a formação e fortalecimento da auto-estima dos jovens, dos(as) docentes e demais profissionais da educação. (BRASIL, 2004, p.51)

Dentre essas ações é possível destacar ainda aquelas mencionadas durante a presente pesquisa enquanto de grande necessidade, são elas: assegurar a formação inicial e continuada para os professores para o efetivo desenvolvimento da educação para as relações etnicorraciais, abordar a temática etnicorracial multi e interdisciplinarmente durante todo o ano letivo e prover materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática. Como se sabe, a temática das relações etnicorraciais apresenta grande complexidade devido suas estruturas tão bem veladas, o que configura um grande desafio ao professor lidar com questões tão sutis. Bem como afirma a **Professora E**, em resposta de como a escola pode superar o preconceito racial,

*“Isso aí tem que ser com estudo, né?! Com pesquisa porque as vezes o preconceito está bem presente e a gente não está enxergando, né?! E nos*

*planejamentos, em certos temas. Embora muitas vezes a gente perceba, que a gente queira atingir o objetivo do trabalho para aquele problema que esteja mais visível, e a discriminação está um pouco mais invisível, porque ela está mais embutida, mais... mais guardada.” [Entrevista em 20/11/2014]*

O professor por sua vez, muitas vezes, prefere relativizar tais questões, por falta de conhecimento direcionado. É nesse sentido que se faz necessário, formações continuadas para os professores em especial dos anos iniciais do ensino fundamental, pois são, por excelência agentes inovadores nos processos pedagógicos, curriculares e organizacionais, o que exige maior e melhor preparação para as transformações sociais e educacionais como é o caso das relações etnicorraciais, conforme Palhano (2011). Busca-se uma postura mais reflexiva e ativa dos docentes, tendo em vista, a afirmação da identidade e autoestima de crianças e jovens negros para a superação do racismo.

Tal preparação inclui também abordagens multi e interdisciplinar da História e Cultura Afro brasileira e Africana durante todo o ano letivo. Segundo Japiassú (1976 *apud* CARLOS, 2007, p. 36), “a multidisciplinaridade é uma gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas” ou seja, a multidisciplinaridade é uma ação simultânea de uma gama de disciplinas em torno de uma temática comum. Entretanto, não há cooperação entre as disciplinas. Dentro de uma temática pode se trabalhar duas ou mais disciplinas desvinculadas. Há também a interdisciplinaridade, que diferencia da multidisciplinaridade por haver um diálogo entre as disciplinas, mediante projetos (proporcionando um ensino mais sintonizado e eficaz. Para se trabalhar a História e Cultura Afro brasileira e Africana, no sentido de valorização, se faz necessário também prover materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática, pois

a escola que deseja se constituir democrática, respeitando a todos os segmentos da sociedade, pode ter como meta a aquisição de recursos adequados para o trato das questões étnico-raciais, como, por exemplo, munindo a biblioteca de acervo compatível, folhetos, gravuras e outros materiais que contemplem a dimensão étnico-racial; videoteca com filmes que abordem a temática e brinquedoteca com bonecos(as) negros(as), jogos que valorizem a cultura negra e decoração multiétnica. (BRASIL, 2006, p 68)

Metodologias diferenciadas, materiais pedagógicos adequados juntamente com projetos interdisciplinares direcionados a temática diversidade etnicorracial, vêm a contribuir com a ação docente e fortalecer as relações entre grupos étnico/raciais distintos, pois se sente a necessidade de enfatizar mais a temática como afirma a

**professora C**, ao ressaltar as estratégias de como a escola pode combater ao preconceito racial,

*“se relacionando as questões pedagógicas, a partir de projetos, de incentivos, de atividades diferenciadas, de mostrar realmente a nossa história que não é uma história de jogar fora. É uma história onde nós devemos muito as pessoas negras.”* [Entrevista em 20/11/2014]

Alguns professores sentem que a escola pode trabalhar mais nessa questão da valorização do negro em atividades diferenciadas. Neste momento, é viável apresentar algumas sugestões para se trabalhar a temática, no entanto é relevante ressaltar que estas sugestões não devem ser compreendidas enquanto receitas, mas como possibilidades para se trabalhar de modo reflexivo pautando-se na democracia. Livros como “Do outro lado tem segredos” e “Menina Bonita do Laço de Fita”, ambos de Ana Maria Machado, poemas como “Identidade” de Pedro Bandeira; “Mahin Amanhã” - Miriam Alves; “Quem sou eu?” de Luiz Gama; “Salve Mulher Negra”, de Oliveira Silveira; “Serra da Barriga” de Jorge de Lima; “Tem gente com fome” de Solano Trindade, por exemplo. Documentários como “Vista Minha Pele”, “Olhos Azuis”, “O povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro. Filmes como “As aventuras de Azur e Asmar” e “Kiriku e a feiticeira” ambos de Michel Ocelot. Outros materiais podem ser subsidiados também no documento Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais<sup>9</sup>.

O professor dos anos iniciais do ensino Fundamental poderá ter mais indicações audiovisuais no site do “Projeto A Cor da Cultura”<sup>10</sup>, que consiste em uma parceria entre o Canal Futura, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a TV Globo, a TV Educativa e a Petrobras que visam contribuir socialmente com programas televisivos e pedagogicamente com materiais audiovisuais, na valorização e preservação do patrimônio afrobrasileiro. Os materiais audiovisuais estão disponíveis para *download*, contemplando a história e a cultura afrobrasileira, conforme Sant’anna (2005). O referido projeto também apresenta episódios sob o título “Heróis de todo mundo”, que retrata a vida e obra de personagens negros e suas contribuições para o Brasil, como Zumbi dos Palmares, Pixinguinha, Paulo da Portela, Milton Santos,

<sup>9</sup>Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf) . Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

<sup>10</sup> Ver <http://www.acordacultura.org.br/>

Mário de Andrade, Machado de Assis, Jackson do Pandeiro, Elizeth Cardoso, Chiquinha Gonzaga, Auta de Souza, André Rebouças, Aleijadinho, e tantos outros nomes que são dignos de estarem nas salas de aula e ser (re) conhecidos socialmente.

É relevante enfatizar nas atividades letivas as contribuições sociais, econômicas, gastronômicas, culturais, religiosas, etc., dos africanos para formação do Brasil e do mundo. É de suma importância saber que

Ao longo da história, as contribuições das diversas nações africanas para o desenvolvimento cultural, econômico, político, científico e tecnológico da humanidade são vastas e complexas, muito embora o reconhecimento desse fato seja prejudicado pela perspectiva preconceituosa que o Ocidente europeu-norte-americano e sua área de influência cultural e científica nutram em relação ao continente-pai. Essa cultura do norte da África tem sido extremamente importante para toda a humanidade até os dias de hoje, particularmente pelos conhecimentos que ainda revela. (SÃO PAULO, 2008, p.43)

A perspectiva ocidental esconde a África<sup>11</sup> que não foi contada. O continente berço da humanidade, não pode ser resumido a um “país”, como muitos acreditam, miserável e cheio de mazelas. Não há mais condições para falar da África tão superficialmente, referindo-se como lugar de negro escravo e burro. É gratificante saber que

Os africanos, com o seu conhecimento náutico, estiveram nas Américas muito antes de Colombo e Cabral, por exemplo. Desde 1862, pesquisas históricas, etnológicas, craniológicas, botânicas, arqueológicas, oceanográficas, filológicas, de história natural e de lingüística têm desvendado, muito a contragosto de pesquisadores, intelectuais e governantes ocidentais, que os africanos marcaram a civilizações pré-colombianas. (VIEIRA, 2012, p. 110-111)

E ao mesmo tempo é um agravo histórico ouvir nas salas de aula que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral e Colombo, que anos antes do então descobrimento do Brasil por volta de 1450, seguiram as cartas náuticas elaboradas pelos africanos. Os negros escravizados vieram para o Brasil eram homens jovens, saudáveis, fortes e inteligentes. Já as mulheres custavam mais barato que os homens, mas só eram escravizadas se não fossem defeituosas ou estivessem grávidas, de acordo com São Paulo (2008). Essas realidades são disseminadas nas salas de aula e/ou sociedade? Por

---

<sup>11</sup> Para aprofundar em níveis de estudo pode-se acessar: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese-1/#.VPEDNvnF881](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.VPEDNvnF881)

que é preciso uma lei para obrigar o ensino sobre a História Africana? Como se sente o negro ao ser representado na história defendida na sala de aula, enquanto alguém submisso, indolente? Como se sente uma criança que não vê heróis nos livros didáticos e paradidáticos pertencentes ao seu grupo? Quais representações sociais se consagram quando uma criança, independente de sua cor, vê nos materiais didáticos o galinho preto, o saci Pererê, a tia Nastácia e/ou a Branca de Neve, a Cinderela?

Um grande desafio que a diversidade etnicorracial encontra refere-se ao currículo escolar, pois como já foi dito, não se busca um direcionamento exclusivamente voltado para a África e afins, mas que haja espaço nas salas de aula para que os discentes possam conhecer a história tal como se deu, e que não se perpetue a visão eurocêntrica, racista e preconceituosa a qual muitos fazem referência. Almeja-se que os discentes dos anos iniciais do ensino fundamental respeitem e valorizem a História e Cultura dos Africanos e Afrobrasileiros e para isso é necessário uma reconstrução da história no que tange a formação brasileira e não simplesmente fazer referência ao tema periodicamente, folcloricamente, pois

Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente. (GOMES, 2012, p. 107)

Neste sentido, a mudança no currículo escolar e a formação docente tornam-se primordiais para a mudança da visão eurocêntrica com a qual ainda se trabalha nas escolas e, pela qual, ainda, no geral, se formulam currículos em suas estruturas didáticas. As formações inicial e continuadas docentes devem fortemente abranger os conceitos como etnia, raça sociológica, estruturas veladas de racismo, escravização e outros, além de buscar se desmitificar estereótipos que fomentam e inoculam o preconceito racial, visto que, é preciso subsídios teóricos para realizar tais mudanças. As escolas e os professores devem estar preparados para atender a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos que possam usufruir da equidade racial em prol da qualidade de vida e, por conseguinte, da vida em si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas e os professores devem estar preparados para atender a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos que possam usufruir da equidade racial. Neste sentido, este trabalho que teve como questão de pesquisa o modo como os professores tem enfrentado o racismo no ambiente em sala de aula, percebeu-se que esse enfrentamento caminha a passos bem lentos. Conforme o objetivo deste trabalho monográfico de analisar as práticas docentes em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considera-se que pouco vêm sendo feito nessa direção, pois poucos são os materiais e a consciência política dos docentes. Entretanto, existem professores que conhecem a exigência, têm consciência política, mas não apresentam um direcionamento organizacional afimco. Como foi visto, em nenhuma das duas escolas há um projeto desenvolvido ou em desenvolvimento para com as relações etnicorraciais.

Longo é o caminho a percorrer, pois existem professores que ainda desconhecem a Lei 10.639/03 e suas obrigações. Da mesma forma, a escola não trabalha efetivamente nesta direção, e conseqüentemente, deixando abertura ao racismo e a discriminação racial. As políticas públicas e movimentos de grupos negros repercutem avanços quanto à diversidade racial, mas sabe-se que ainda é um desafio para o professor trabalhar a partir das relações etnicorraciais mesmo após os doze anos de implementação da Lei 10.639/03. A formação inicial e continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental deve abranger conceitos e desafios a serem compreendidos em busca de uma sociedade justa, igualitária baseada na diferença histórica, social e cultural.

Sabe-se que a escola é reflexo da sociedade. Do mesmo modo, a escola reflete diretamente suas ações na sociedade. À medida que a escola inova, a sociedade será atingida com os avanços. Logo, se faz necessário a partir da escola enquanto instituto de formação e transformação, impulsionar mudanças, formar mentes democráticas, criar novas metodologias, questionando os conhecimentos e ter em vista sempre a formação humana. Que os professores sejam críticos em relação ao preconceito e atuantes na superação do racismo. Temas como ética, respeito, cidadania, alteridade, igualdade, diferença, identidade, culturas, etnias, devem estar presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois ao passo que estes conceitos são internalizados na infância, serão

bases para a formação dos cidadãos evidentemente, para toda vida. É fundamental que o professores dos anos iniciais, a partir da discussão envidada nesse trabalho monográfico, pensem a consolidação de uma postura ética frente a essa discussão da educação para as relações etnicorraciais. Consolidando uma postura de formação humana. É relevante lembrar que educar para igualdade é educar nas diferenças, pois igualdade e diferença são duas faces da mesma moeda que se completam.

Atitudes e falas representam sutilmente o racismo. Proporcionar momentos de partilha da cultura africana e afro brasileira socializará entre as crianças, a grande diversidade que forma o Brasil. Conhecer palavras africanas, histórias de matrizes africanas, religiões, a culinária que descende dos africanos que persistem na cozinha das brasileiras, danças, jogos, como também incentivar o uso de bonecas e bonecos negros nas brincadeiras, colocar a menina negra para ser a princesa das dramatizações, para ser noiva das festas juninas, para ser Maria no nascimento de Cristo. Incentivar as crianças a assumirem seu cabelo crespo, sua cor exuberante, o poder de descender do berço da humanidade, de onde surgiram os primeiros avanços e descobertas. Essa identidade com seu grupo deve fazer parte da formação da criança, independente de sua cor. Que ao crescerem estas crianças saibam valorizar a diversidade de ser humano.

Tudo isso implica em uma formação direcionada de professores, em mudanças no Projeto Político Pedagógico da escola, de mudanças estruturais no currículo e reconhecimento do mito da democracia racial. Busca-se uma pedagogia de enfrentamento ao racismo que trabalhe na dinâmica interdisciplinar, que atenda a demanda da Lei 10.639/03 e da igualdade racial. Portanto, faz-se necessário a incursão de valores como a igualdade, alteridade, o respeito às diferenças, cidadania, como também a valorização da formação identitária dos povos, da cultura e costumes de diferentes etnias, da diversidade religiosa, da riqueza gastronômica, da estética negra.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **Negras memórias, o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão**. *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, n.50, pp. 242-250. ISSN 0103-4014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a21v1850.pdf> . Acesso em 24 de fevereiro de 2015, 11:28.

BARROS, Zelinda dos Santos. *et al.* **Educação e relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: [s.n.], 2003.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação/ Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação/Secadi. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf> Acesso em: 9 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em 19 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: [s.n.], 2003.

BORDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Recensão de: ROSENDO, A.P. Coleção: Recensões LUSOSOFIA. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2009.

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade no ensino médio: desafios e potencialidades**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2961> Acesso em 10 abr. 2014.

CITELLI, Adílson. Poemas em diálogo. USP: **Revista Eca XII**, n. 1, jan/abr 2007.

FERREIRA, Diego Jorge. **Filosofia da práxis: projetos em disputa na sociedade e na educação docente.** In: 33ª Reunião Anual da ANPEd, 2010 - Caxambu/MG. Disponível em <http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/trabalhos-gt17>. Acesso em 7 de fevereiro de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel. *et al*. Estrutura do projeto de pesquisa. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) – **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-educa%C3%A7%C3%A3o-e-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-dos-curr%C3%ADculos.pdf> . Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais.** *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, n.50, pp. 21-30. ISSN 0103-4014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf> . Acesso em 9 de setembro de 2014, 19:39.

JESUS, Samuel de. O negro na educação brasileira. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM Minas Gerais – Brasil. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas** Reg.: 120.2.095–. Disponível em <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/O-Negro-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Brasileira.pdf>. Acesso em , 4 de novembro de 2014.

LEMOS, Denise. **Trabalho docente: alienação ou emancipação?** In: Seminário da redestrado - Regulação Educacional e Trabalho docente. 36., 2006, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em [http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/trabalho\\_do\\_cente\\_alienacao.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trabalho_do_cente_alienacao.pdf) . Acesso em 27 de fevereiro de 2015.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, preconceito e discriminação: procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novo comportamentos. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) – **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e

Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> . Acesso em 7 de dezembro de 2014.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus do. **Educação e preconceito racial no Brasil: discriminação no ambiente escolar.** Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas. 05., 2010, Alagoas: UFAL, 2010. Disponível em <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/EDUCACAO-E-PRECONCEITO-RACIAL-NO-BRASIL-DISCRIMINACAO-NO-AMBIENTE-ESCOLAR.pdf> . Acesso em 9 de setembro de 2014.

NEVES, Pollyana Cassiano. **As relações étnico-raciais na Educação Infantil.** Simpósio Internacional o Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente.04., Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP02.pdf> . Acesso em 9 de setembro de 2014, 10:51.

PALHANO, Eleanor Gomes da Silva. **Estratégias educativas e práticas cotidianas na formação dos professores (as) negros (as) em educação na cidade de Belém do Pará: um estudo nas ilhas de Mosqueiro, Combú, Ilha Grande e Ilha da Várzea.** Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais. 11., Salvador: UFBA; 2011. Disponível em [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308365722\\_ARQUIVO\\_ESTRATEGIASEDUCATIVASEPRATICASCOTIDIANASNAFORMACAODOSPROFESSORES.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308365722_ARQUIVO_ESTRATEGIASEDUCATIVASEPRATICASCOTIDIANASNAFORMACAODOSPROFESSORES.pdf) . Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) – **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: MEC, 2005.

SANT'ANNA, Wânia. Marco Conceitual do Projeto a Cor da Cultura. Fevereiro, 2005. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/Marco%20Conceitual.pdf> . Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolismo cultural.** Boaventura de Sousa Santos, Organizador – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio /** Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2008.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático : o que mudou? por que mudou? /** Ana Célia da Silva. – Salvador : EDUFBA, 2011. 182 p.

\_\_\_\_\_. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.) – **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília: MEC, 2005.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA Fernanda Peixoto. *et al.* A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, fevereiro de 2004.

UNICEF. Escritório Brasil. **O impacto do racismo na infância** – UNICEF, Brasília, 2010. Disponível em [http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_folderraci.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_folderraci.pdf) . Acesso em 9 de setembro de 2014, às 10:51.

VIEIRA, Francisco Sandro da Silveira. **Descolonização dos saberes africanos: reflexões sobre história e cultura africana no contexto da lei 10.639/03**. Rev. Ponto-e-vírgula, PUCSP, nº11, p p. 98-115, 2012.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROFESSORES PARTICÍPES DA PESQUISA



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CAMPUS CAJAZEIRAS

ORIENTADOR: WIAMA DE JESUS FREITAS LOPES

ORIENTANDA: THAIS HELANY TAVARES DE SOUZA, Mat.: 210130126

### *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

Prezados Professores e Professoras;

Estou realizando a pesquisa de campo do projeto monográfico intitulado **“Práticas docentes de enfrentamento ao racismo a partir da sala de aula dos anos iniciais do ensino fundamental”**, cujo objetivo da investigação é analisar as práticas docentes em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Deste modo, solicito a sua colaboração na pesquisa concedendo-me a permissão de poder entrevistá-lo na pesquisa acima mencionada com a autorização de gravar e utilizar trechos de suas falas relativas às respostas às questões do formulário de entrevistas em anexo. Esta pesquisa não lhe trará custos ou riscos e todas as informações serão mantidas no mais absoluto sigilo, quanto ao anonimato e confidencialidade de seus participantes/respondentes. Outrossim, informo que antes de finalizada a entrevista você pode se retirar da pesquisa a qualquer momento que desejar. Assim como, o entrevistado, escolherá um pseudônimo para ser resguardado em suas informações prestadas/vinculadas no texto da monografia.

Concomitantemente, informo que uma vez prestada à colaboração na participação a esta entrevista, suas considerações serão tratadas de modo autêntico em relação a seus esclarecimentos na produção da monografia acima mencionada.

Desde já conto com a sua colaboração e agradeço a sua atenção e disponibilidade.

Cajazeiras/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável Pelo

Entrevistado(a) \_\_\_\_\_

Fone Responsável pelo Entrevistado(a): (83) \_\_\_\_\_

E-mail (caso haja): \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES PARTICÍPES DA PESQUISA**



Universidade Federal  
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

Curso de Pedagogia

Profº Orientador: Wiama de Jesus Freitas

Discente: Thais Helany Tavares de Souza

Dados de identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Pseudônimo: \_\_\_\_\_

Formação inicial: \_\_\_\_\_

Tempo de formação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação: \_\_\_\_\_

Tem especialização? Em que? \_\_\_\_\_

Possui algum curso específico sobre a diversidade? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

Curso de Pedagogia

Prof<sup>o</sup> Orientador: Wiama de Jesus Freitas

Discente: Thais Helany Tavares de Souza

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Você tem conhecimento sobre a Lei 10.639/2003?
2. Qual a importância do trabalho com a temática diversidade étnicoracial?
3. Como estão sendo trabalhadas as questões étnico-raciais na escola em que você atua?
4. A escola disponibiliza materiais pedagógicos para se trabalhar a educação étnico-racial? Quais?
5. Você já presenciou alguma forma de exclusão de crianças negras dentro do grupo em relação às brincadeiras? Depois de detectada essa exclusão, quais os procedimentos realizados?
6. Você compartilha com os alunos histórias com personagens negros? Qual a frequência ao longo do bimestre para histórias de matrizes africanas?
7. Em algum momento você aborda a história e/ou cultura dos negros no Brasil? Como é feita essa abordagem?
8. Qual a necessidade de uma formação mais aprofundada nessa direção?
9. A temática é posta em pauta nos planejamentos, reuniões e/ou formação de professores?

10. Tendo como discriminação a exteriorização do preconceito em ações, você observa se existe a discriminação racial na escola? Se sim, quais as formas mais recorrentes?
11. Como você percebe o racismo na sociedade e na escola?
12. Em sua opinião, como a escola pode combater o preconceito racial?